



**UFC**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*Maria Edny Silva Lemos*

# **O ARTESANATO COMO ALTERNATIVA DE TRABALHO E RENDA.**

**Subsídios para Avaliação do Programa Estadual de  
Desenvolvimento do Artesanato no Município de Aquiraz-Ce.**

FORTALEZA-CE

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*Maria Edny Silva Lemos*

**O ARTESANATO COMO ALTERNATIVA DE TRABALHO E RENDA.  
Subsídios para Avaliação do Programa Estadual de Desenvolvimento do  
Artesanato no Município de Aquiraz-Ce.**

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. José Almir Farias

FORTALEZA-CE

2011

# FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

TÍTULO DO TRABALHO: **O ARTESANATO COMO ALTERNATIVA DE TRABALHO E  
RENDA: Subsídios para Avaliação do Programa Estadual de  
Desenvolvimento do Artesanato no Município de Aquiraz-Ce.**

MESTRE: **Maria Edny Silva Lemos**

BANCA EXAMINADORA CONSTITUÍDA PELOS PROFESSORES:

---

Prof. Dr. José Almir Farias Filho (UFC) – Orientador - Presidente

---

Prof. Dr. Alcides Gussi (UFC) – Membro Interno

---

Prof. Dr. Odorico de Moraes Eloy da Costa – Membro Externo

---

Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (UFC) – Suplente

Fortaleza, CE – BRASIL

2011

Dedico esse estudo às minhas filhas Suyenne, Mayra e Nayana

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço pelas contribuições, principalmente, das artesãs que foram sempre muito solícitas nas ocasiões dos contatos e entrevistas. Ao meu orientador que me ajudou a refletir e encontrar o direcionamento certo do trabalho. E, por fim, às minhas filhas que contribuíram para melhorar o trabalho, no que se refere às novas tecnologias utilizadas e dominadas pelos mais jovens.

“Se nos identificamos somente com um dos lados da dualidade, rompemos o equilíbrio”.

*Al Chung-Liang Huang*

# **O Artesanato como Alternativa de Trabalho e Renda**

## **Subsídios para Avaliação do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato no Município de Aquiraz-Ce.**

**Maria Edny Silva Lemos**

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo avaliar os impactos socioeconômicos do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato na qualidade de vida dos artesãos residentes no município de Aquiraz, Ceará, desde o desenho do projeto até a implantação efetiva do programa. O Programa de Desenvolvimento do Artesanato tem por finalidade coordenar e desenvolver atividades que visam à valorização do artesão, elevando seu nível cultural, profissional, social e econômico e, além disso, busca promover e divulgar o artesanato brasileiro. Dentre as linhas prioritárias de atuação destacam-se a geração de oportunidades de trabalho e renda, o aproveitamento das vocações regionais, o incentivo à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade “empreendedora” através da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado competitivo. A investigação realizou-se por meio do método de estudo de caso de duas associações do Município de Aquiraz. O resultado desse estudo aponta para as seguintes conclusões: não houve participação efetiva das artesãs no desenvolvimento das etapas do Programa; as associações de artesãos pesquisadas não reconhecem o trabalho dos órgãos responsáveis pelo Programa; e por fim, verificou-se que falta aos gestores responsáveis uma cultura de avaliação de suas ações capaz de promover as readequações necessárias ao bom desempenho da política pública.

### **Palavras-Chave:**

1. Artesanato; 2. Trabalho e Renda; 3. Avaliação de Políticas Públicas; 4. Aquiraz-CE.

**Handicrafts as an alternative source of  
employment and income  
Subsidies for Assessment of the State Program for Handicrafts  
Development in Aquiraz County, State of Ceara, Brazil**

**Maria Edny Silva Lemos**

## **ABSTRACT**

This study aims to evaluate the socioeconomic impacts of the State Program for Handicraft Development in the quality of life of craftsmen living in Aquiraz County, State of Ceará, from the project design stage to the effective implementation of the program. The Handicraft Development Program aims to coordinate and develop activities focused on the enhancement of the craftsmen, raising their cultural, professional, social and economic levels, and to promote and publicize the Brazilian handicraft. Among the priority lines of action we may mention the generation of employment opportunities and income and the use of regional vocations, encouraging the preservation of local cultures and the formation of an "entrepreneurial" mentality by preparing organizations and their craftspeople to the competitive market. The investigation was realized by the method of case study of two associations in the Municipality of Aquiraz. The results of this study points to the following conclusions: there was no really effective participation of artisans in the development stage of the program; associations of artisans surveyed did not recognize the work of the organs responsible for the program, and at last, it was found that the managers responsible for absence a culture of evaluation of their actions can deliver the necessary amended where necessary to the performance of public policy.

### **Key words:**

1. Handicraft; 2. Employment and income; 3. Assessment of public policies; 4. Aquiraz-CE.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 Município de Aquiraz.....	53
MAPA 2 Município de Aquiraz e as localidades Prainha e Iguape.....	53
FIGURA 1 Artesanato indígena.....	45
FIGURA 2 Artesanato de reciclagem.....	45
FIGURA 3 Artesanato tradicional.....	45
FIGURA 4 Artesanato de referência cultural.....	45
FIGURA 5 Artesanato contemporâneo conceitual.....	45
FIGURA 6 Areia colorida.....	46
FIGURA 7 Argila.....	46
FIGURA 8 Alimento e bebida.....	47
FIGURA 9 Cera, massa, gesso, parafina.....	47
FIGURA 10 Chifre, osso, dente e casco.....	47
FIGURA 11 Couro, pele, pena e casca de ovo.....	48
FIGURA 12 Fibra vegetal.....	48
FIGURA 13 Fios e tecidos.....	48
FIGURA 14 Madeira.....	48
FIGURA 15 Materiais sintéticos.....	49
FIGURA 16 Metal.....	50
FIGURA 17 Papel.....	50
FIGURA 18 Pedra.....	50
FIGURA 19 Semente, casca, raiz e folha.....	50
FIGURA 20 Vidro.....	50
FIGURA 21 Renda de bilro.....	83
FIGURA 22 Iguape, sede da Associação .....	83

FIGURA 23 Iguape, sede da Associação.....	83
FIGURA 24 Iguape, sede da Associação.....	84
FIGURA 25 Iguape, sede da Associação.....	84
FIGURA 26 Prainha, sede da Associação.....	84
FIGURA 27 Rendeira da Prainha.....	85
FIGURA 28 Prainha, sede da Associação.....	85
FIGURA 29 Entrevista Prainha.....	85
FIGURA 30 Ponto de comercialização provisório Prainha.....	86

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Dados das artesãs selecionadas para entrevistas.....	22
Quadro 2 – Resultados entrevistas presidentes.....	73
Quadro 3 – Resultados entrevistas artesãs associadas.....	74
Quadro 4 – Respostas das presidentes e associadas referentes à questão da renda.....	76

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CEART – Central de Artesanato do Ceará

CEDART – Centro de Desenvolvimento do Artesanato

EMCETUR – Empresa Cearense de Turismo

FAS – Fundação da Ação Social

FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FUNSESCE – Fundação do Serviço Social do Ceará

IPECE – Instituto de Pesquisas do Estado do Ceará

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAB – Programa do Artesanato Brasileiro

PACE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Artesanato Cearense

PNDA – Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato

SAC – Sistema de Acompanhamento

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará

STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

SETAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social

SETE – Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**O Artesanato como Alternativa de Trabalho e Renda.**  
**Subsídios para Avaliação do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato no**  
**Município de Aquiraz-Ce.**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1. Contextualização e Justificativa do Tema em Estudo .....	14
1.2. Objetivos .....	17
1.3. Metodologia de Pesquisa.....	18
1.4. Estrutura do Trabalho .....	23
<b>2. POLÍTICAS PÚBLICAS, POBREZA E DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>25</b>
2.1. Pobreza e Políticas de Trabalho e Geração de Renda .....	25
2.2. Artesanato e Desenvolvimento Socioeconômico .....	31
2.3. Sobre Avaliação de Políticas Públicas.....	33
<b>3. TRAJETÓRIA DO PROGRAMA.....</b>	<b>41</b>
3.1. O Artesanato na Economia e na Cultura Brasileiras .....	41
3.2. Tipologias Artesanais .....	44
3.3. O Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato e o Município de Aquiraz-Ce .....	51
<b>4. SUBSÍDIOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA.....</b>	<b>54</b>
4.1. Concepção, Abrangência e Instrumentos .....	54
4.2. Perfil dos Artesãos da Renda de Bilro.....	69
4.3. Resultados Alcançados.....	72
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>80</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>83</b>

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Contextualização e Justificativa do Tema em Estudo

O artesanato pode ser definido como “um complexo de atividades de natureza manual, através das quais o homem manifesta a criatividade espontânea” (PEREIRA, 1979, p.21). As atividades artesanais são aquelas em que as feições características do produto final dependem, em grande parte, da habilidade do trabalhador. O trabalho pode ser inteiramente manual ou contar com o auxílio de determinados instrumentos. O artesão enquanto indivíduo é aquele que exerce um ofício, produz bens materiais para a comercialização sem que haja repetidores industriais, ou ainda é o indivíduo que exerce, por conta própria, uma arte, ou ofício manual, como reza o Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI<sup>1</sup>.

No Brasil, as atividades artesanais são desenvolvidas por núcleos familiares artesanais, majoritariamente situadas em regiões mais pobres, e cuja produção artesanal apresenta uma grande variedade de expressões e quantidade de matérias-primas disponíveis. Ao longo dos últimos anos, essa atividade tem apresentado um ritmo de expansão acelerado, constituindo-se como uma atividade econômica com grande potencial de crescimento, atuando, inclusive, como fonte geradora de emprego e renda. A política de fomento ao artesanato brasileiro assumiu um caráter sistematizador a partir de 1977, quando o Governo Federal, através do Ministério do Trabalho, instituiu o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA)<sup>2</sup>.

A Região Nordeste se destaca como área de forte produção artesanal no Brasil. Por possuir cidades de grande vocação turística, característica estimulada inclusive por ações especiais e políticas públicas do Governo Federal de fomento ao seu desenvolvimento, torna-se uma região amplamente favorável ao surgimento de polos de desenvolvimento artesanal, tendo em vista que grande parte dos produtos artesanais é demandada pelos turistas domésticos e internacionais (*souvenires*).

A existência de uma infraestrutura turística adequada deve ser vista como elemento complementar e multiplicador no que se refere às atividades artesanais. Um expressivo

---

1 Decreto nº 544, de 26.12.2002, art. 7º, inciso I.

2 Decreto Nº 80.098, de 08 de agosto de 1977.

potencial turístico proporciona um fluxo positivo no desenvolvimento dessa arte útil, sendo também notória a sua importância na sistematização do fluxo turístico, que é estimulado pelo encantamento produzido sobre aqueles que visitam e consomem na região.

O incentivo à produção artesanal constitui, portanto, uma forma alternativa de incentivo às economias de base local, assegurando a preservação da cultura local, bem como a geração de emprego e renda para inúmeras famílias, considerando que grande parte dessas pessoas encontra no artesanato uma forma de garantir a própria sobrevivência e a manutenção do bem estar de seus familiares.

No Ceará, a atividade artesanal passou a ter sua importância enfatizada a partir de 1950, com a implantação de programas pelo BNB e SUDENE. Em 1960, o trabalho artesanal foi considerado como uma estratégia de manutenção e criação de empregos, com capacidade de absorver parte do excedente da mão-de-obra disponível do emergente setor industrial. A partir de 1997, entrou em operacionalização o Programa Estadual de Artesanato e o Programa de Desenvolvimento Integrado do Artesanato Cearense (PACE). Este último foi elaborado a partir de uma demanda originada do Programa de Artesanato Brasileiro - PAB, sendo responsável pela articulação de várias entidades para uma atuação conjunta no segmento em foco.

É preciso salientar que o artesanato cearense provém da inegável herança cultural legada por três etnias distintas, formadoras do povo cearense: portugueses, índios e negros. Do índio, veio a vertente dos trabalhos em barro, corda e palha, cuja difusão se deu em função do utilitarismo. Do colonizador europeu herdamos, principalmente, a renda e o labirinto, que aqui se adaptaram ao estilo da população e até hoje decoram ambientes e “encantam” turistas do mundo inteiro. Dos africanos, o maior legado foi a cerâmica cozida, cuja beleza rústica, resistência e ampla funcionalidade contribuíram para a disseminação e manutenção do seu uso até nossos dias (PEREIRA, 1979).

Considerando as informações socioeconômicas e o contexto acima exposto, a proposta desta dissertação é avaliar o impacto do Programa Cearense de Artesanato como alternativa de trabalho e renda, tendo como estudo de caso o município de Aquiraz, situado na Região Metropolitana de Fortaleza. Este Programa tem por objetivo a valorização do artesanato cearense por meio do fortalecimento e apoio ao artesão, preservando a cultura, o talento, a tradição e a arte popular de cada região do Estado. Dentre as principais ações do Programa Cearense de Artesanato destacam-se: o cadastramento dos artesãos, a capacitação voltada para

o aperfeiçoamento e gestão de negócios, o assessoramento técnico aos grupos produtivos e entidades artesanais e a comercialização dos produtos através das lojas, feiras e eventos de artesanato, divulgando a cultura local e ampliando as vendas.

A questão central da investigação é saber em que medida o Programa Cearense de Artesanato tem se constituído uma alternativa de trabalho e renda dos artesãos. Considera-se, portanto, o desafio de enfrentamento da pobreza através do trabalho e renda. De fato a complexidade e multidimensionalidade de políticas públicas que tratam da geração de trabalho e renda exigem respostas dos governos e do conjunto da sociedade, sob pena de que todos sucumbam diante dos riscos advindos da sua manutenção e de novas formas de exclusão social.

Para o Estado, estudos dessa natureza assumem grande importância, pois alertam os planejadores no sentido de evitar o desperdício de recursos e contribuírem para o aprimoramento das políticas públicas. O que se coloca, então, é a necessidade crucial de obter maior eficiência e maior impacto nos investimentos governamentais em programas sociais. Neste percurso, o objeto de estudo adquire relevância pelas possibilidades de contribuir para o avanço das políticas de geração de renda, especificamente do programa de artesanato, identificando-se as suas conquistas e desafios.

Além disso, esse estudo torna-se relevante do ponto de vista acadêmico, pois o conhecimento produzido sobre os problemas sociais tem características próprias, as quais devem ser legitimadas pelo critério epistemológico. Esse tipo de pesquisa pode, também, ser utilizado como paradigma para avaliar o possível impacto das políticas públicas, ao fornecerem insumos para subsidiar o processo de decisão e de construção de alternativas mais eficazes.

O interesse em explorar a temática da avaliação do impacto do Programa Cearense de Artesanato é resultante de aspectos relevantes na minha trajetória profissional no serviço público. Nos últimos 15 anos, desempenhei a função de Assessora de Planejamento do Núcleo de Desenvolvimento do Artesanato do Estado do Ceará - SETAS e respondi pela Gerência de Organização e Produção Artesanal na Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETE.



## **1.2. Objetivos**

### ***Objetivo Geral***

Avaliar o Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Estado do Ceará a partir dos impactos socioeconômicos na vida dos artesãos residentes no município de Aquiraz-Ce que trabalham com a tipologia renda de bilro, durante o período de 2005 a 2010.

### ***Objetivos Específicos***

- Identificar e avaliar as mudanças socioeconômicas ocorridas no cotidiano dos artesãos beneficiados pelo Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato;
- Analisar historicamente a formação e o desenvolvimento do artesanato local;
- Conhecer o nível de satisfação dos beneficiários com as ações implementadas pelo Programa de Desenvolvimento do Artesanato;
- Identificar as conquistas e desafios da atividade artesanal enquanto geradora de renda e benefícios sociais.

### **1.3. Metodologia de Pesquisa**

Considerando que o objeto de estudo é a avaliação do programa de artesanato e seu impacto socioeconômico na melhoria das condições de vida dos artesãos e, levando-se em conta a natureza do problema, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa a partir da utilização do método “estudo de caso”, escolhido em função da possibilidade de investigação profunda e exaustiva do fenômeno a ser estudado e a compreensão mais próxima da realidade social.

Vale salientar que a decisão de pesquisar, como estudo de caso, o artesanato no município de Aquiraz, e especificamente os grupos que produzem peças de renda de bilro, se deu em função da concentração dessa técnica na região e da tradição do tipo de trabalho desenvolvido.

Conforme Goldenberg “o estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação” (GOLDENBERG, 2004, p.155). Dentre as diversas definições do Estudo de Caso considero a adequada para esta investigação aquela que o autor Yin (2001, p.32), define o método como “uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é clara e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. Essa definição cabe para a realidade dos artesãos moradores do município de Aquiraz e cadastrados no banco de dados do Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Ceará.

Já para Goldenberg:

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. (GOLDENBERG, 2004, p.103)

A maioria dos autores concorda em dizer que, embora complexo, este método é muito importante porque possibilita o aprofundamento e o detalhamento da problemática a ser estudada. Segundo Martins (2006, p.16), “a aplicabilidade desse método exige alguns cuidados”, como um planejamento minucioso do desenvolvimento do caso e das ferramentas a serem utilizadas, nos alertando ainda, sobre a impossibilidade de formular regras precisas sobre as técnicas usadas em um estudo de caso, porque cada entrevista ou observação é única, dependendo do tema, do pesquisador e de seus pesquisados.

Como os dados não são padronizados e não existe nenhuma regra objetiva que estabeleça o tempo adequado de pesquisa, um estudo pode durar mais tempo do que foi previsto. Assim, o pesquisador deverá utilizar-se de distintas técnicas para conhecer toda a complexidade do fenômeno, de forma a ser capaz de construir algo útil e eficiente que venha a contribuir com o avanço das ciências sociais.

Os dados são fatos ou observações encontradas ao longo do processo de investigação. São os dados que geram as informações. Cohen (1993) define o dado como “a resposta a um estímulo dado por certa unidade de análise”. Para que se possa medir é preciso definir as fontes dos dados, a coleta dos dados e a técnica de coleta (qualitativo e quantitativo). Eles aparecem nas seguintes formas: nominais, ordinais, com intervalos e na forma de razão (preços, pesos, etc.).

Segundo a concepção de Mainz, “por dados pode ser entendido a variedade de caracteres observada nas dimensões de atributos das unidades pesquisadas que representa nada mais que um determinado valor de uma variável” (MAINZ, 1975, p.46). Os tipos de dados podem ser primários (coleta do pesquisador) e secundários (registros estatísticos, sistemas de informações e arquivos em geral).

Considerando essas questões de metodologia de pesquisa, a avaliação do *Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato* terá como estudo de caso os artesãos que atuam com renda de bilro no Município de Aquiraz-Ce, considerando no período de 2003/2006 e 2007/2010. Os dois períodos correspondem às gestões de Lúcio Alcântara e Cid Gomes, respectivamente, na frente do Governo do Estado.

Para tanto, as técnicas utilizadas neste estudo foram: pesquisa documental, bibliográfica e trabalho de campo. Na pesquisa bibliográfica foram consultados artigos da internet, revistas, livros clássicos e contemporâneos, bem como periódicos especializados sobre o tema investigado. Já a Pesquisa documental fez uso de referências institucionais (relatórios, projetos e plano de governo).

O trabalho de campo foi desenvolvido através da realização de pesquisa junto aos artesãos, onde foi possível mapear os efeitos do programa no seu cotidiano, e também por meio da observação direta, realizada por ocasião das visitas aos locais onde os grupos se reúnem para produzir e comercializar os seus produtos. Foram realizadas entrevistas semiabertas com os dirigentes das duas associações existentes, assim como dois técnicos que participaram da

construção do programa. As visitas ao local de trabalho das artesãs contribuíram, também, para a obtenção de informações adicionais sobre o tema.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os métodos quantitativos e qualitativos, coletando as informações da seguinte forma:

- Quantitativos – cadastro de artesãos contido no banco de dados do programa de desenvolvimento do artesanato;
- Qualitativos – coletados por meio de documentos existentes na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS e outras instituições (relatórios, projetos, publicações), além da observação participante e entrevistas com as associações e artesãos.

O Governo do Estado através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS possui o programa de desenvolvimento do artesanato. Esse programa utiliza um banco de dados estadual que contém as informações dos artesãos cadastrados em todo o Ceará. De acordo com o banco de dados da tipologia ‘renda de bilro’, estão cadastrados 700 artesãos no Sistema de Acompanhamento da Central de Artesanato do Ceará SAC–CEART. Esse universo é constituído por 696 pessoas do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Outro dado relevante para traçar o perfil do público é a escolaridade que, de acordo com a mesma fonte, é representada da seguinte forma: 71 analfabetos, 71 alfabetizadas, 421 que possuem Ensino Fundamental, 93 com Ensino Médio e 12 pessoas com Ensino Superior.

Para a execução do método qualitativo, foram entrevistados os dirigentes e os artesãos cadastrados nas duas principais associações de artesãos do município de Aquiraz: a Associação de Rendeiras da Prainha e o Centro de Rendeiras Miriam Porto Mota, do Iguape. As associações possuem cadastrados 80 e 54 artesãos, respectivamente, de acordo com dados obtidos através do SAC.

Considerando o universo de 134 artesãos, foram realizadas 08 entrevistas: com os dois dirigentes das associações, e três artesãs filiadas de cada associação. As entrevistas foram realizadas levando em consideração o tempo de atuação dos artesãos. Para obter informações de perfis diversificados, foram selecionados aqueles que possuem maior tempo de atuação na área do artesanato.

Visando a realização de análises estatísticas, foram consultados os bancos de dados do Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Estado do Ceará – IPECE, e da Secretaria

do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS/CEART, com base em relatórios anuais do Fundo estadual de Combate à Pobreza – FECOP. Relatórios enviados para a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG, também compuseram a análise, bem como documentos do Programa de Artesanato Brasileiro – PAB. Os dados e informações obtidos foram condensados com os resultados das entrevistas, para a análise dos indicadores e possíveis propostas de melhoria do Programa de Artesanato.

Em posse dos documentos citados, foram avaliados, especificamente, dados dos distritos de Iguape e Prainha que retratam o desenvolvimento econômico da Região e a representatividade do artesanato na economia local. A análise incluiu, também, dados específicos de crescimento da atividade artesanal, dados relativos à comercialização da renda de bilro, além de indicadores sociais que refletem a influência dessa atividade nos municípios.

Os relatórios anuais do artesanato no período de 2003 a 2010 serviram de fonte de pesquisa para o método qualitativo, além de documentos como a pesquisa da FLACSO, 1996, “O perfil do artesão cearense”, a coletânea da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETE “O artesanato para o mundo globalizado”, “O Ceará feito à mão”, 2002, que é uma publicação estadual, bem como a publicação nacional “O artesanato brasileiro” do PAB. Essas publicações representam importantes bancos de informações que subsidiam a análise final desse trabalho.

Por fim, vale ressaltar que na elaboração do conhecimento, segundo o autor Roberto Cardoso de Oliveira, se destaca o caráter constitutivo do *Olhar, do Ouvir e do Escrever*. Este conceito foi colocado em prática no processo de construção desta pesquisa principalmente através das observações durante o trabalho de campo. Conforme escreve o autor:

Enquanto no Olhar e no Ouvir se realiza nossa percepção, será no Escrever que o nosso pensamento se exercitará da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo quanto próprio das ciências voltadas à construção da teoria social. (OLIVEIRA, 1994, p.7)

A utilização das entrevistas e o levantamento das informações junto aos artesãos sobre o aumento da renda obtido a partir da participação no Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Ceará permitiram que fosse elaborado um quadro comparativo entre essas informações coletadas e o cadastro no banco de dados do programa, expondo os avanços ou retrocessos resultantes dessa associação e permitindo que, a partir desse panorama, a identificação de quais pontos a política pública foi mais eficiente.

Após conclusão das etapas metodológicas, foi realizada a análise de caráter qualitativo, a interpretação dos dados e a conclusão do estudo. Acredita-se que a adoção dessa metodologia possibilitou a compreensão dos fenômenos e a indicação de sugestões sobre a problemática em foco.

Para uma maior compreensão dos perfis pesquisados, foram obtidos os dados das artesãs selecionadas para entrevista. Abaixo um quadro de resumo com os dados coletados:

### QUADRO 1 – DADOS DAS ARTESÃS SELECIONADAS PARA ENTREVISTAS

Nº	Nome	Função	Entidade	Escolaridade	Est. Civil	Data. Nasc.	Endereço	Data cadastro	Renda S.M.
1	M <sup>o</sup> Cleide dos Santos	Presid.	Ass.Rendeira Prainha	Fund. Incompleto	Viúva	23/10/55	Rua Damião Tavares	05/09/90	2
2	Gracila Tomé Cunha	-artesã	Ass.Rendeira Prainha	Fund.Completo	Solt.	21/08/59	Rua Luís Silva,160	24/03/09	1
3	Fca.Olenir da Silva	- artesã	Ass.Rendeira Prainha	Médio. Completo	Solt.	04/10/51	Rua Alto Alegre	05/09/90	1
4	M <sup>a</sup> Cilene de Sousa Miranda	- artesã	Ass.Rendeira Prainha	Fund. Incompleto	Cas.	08/09/57	Rua Damião Tavares,349	23/12/99	1
5	Raimunda Vicente da Costa	-artesã	C. Rendeira Miriam Porto Mota	Fund. Incompleto	Viúva	20/09/36	Iguape	13/09/90	2
6	M <sup>a</sup> Ribeiro da Silva	- artesã	C. Rendeira Miriam Porto Mota	Alfabetizado	União estável	12/06/66	Rua Trairussu Iguape	23/03/95	1
7	M <sup>o</sup> Enedite Lopes Gomes	- artesã	C. Rendeira Miriam Porto Mota	Analfabeto	Casada	25/09/49	Lagoa 04 Sem Terra,16 Iguape	18/09/90	2
8	Wanderli Firmino Costa	Vice Presid.	C. Rendeira Miriam Porto Mota	Médio. Completo	Solt.	10/12/72	Rua São João Iguape	17/08/95	1

## 1.4. Estrutura do Trabalho

O reconhecimento e valorização de vocações produtivas de cada região são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas que consigam assegurar à população boas condições de vida e ferramentas sustentáveis básicas. Foi com essa visão que a presente dissertação foi desenvolvida, avaliando, a partir do *Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Estado do Ceará*, novas possibilidades para o desenvolvimento socioeconômico local e criando instrumentos que pudessem medir os impactos dessa política pública para a transformação social.

Com foco na tipologia renda de bilro, o projeto desenvolveu-se sob três frentes: o entendimento sobre as políticas públicas de desenvolvimento, em termos prático-teóricos; o conhecimento e reconhecimento do artesanato, especificamente do município de Aquiraz; e a avaliação do Programa de Artesanato Cearense e dos resultados gerados por ele.

Após uma contextualização do tema e dos objetivos diretos do projeto apresentados no primeiro capítulo, foi possível desenvolver uma metodologia que abordasse entrevistas com artesãs da região e pesquisa bibliográfica, além de consulta a Banco de dados, de forma a conhecer a fundo a realidade do programa e de seus beneficiados.

As políticas públicas foram abordadas no segundo capítulo. Tomando por base a definição dos conceitos de pobreza e as estratégias de trabalho e geração de renda, passando pela análise do artesanato enquanto válvula propulsora do desenvolvimento e pela própria significação do termo “políticas públicas”, traçamos um panorama geral sobre o funcionamento dessas políticas e sua efetividade junto à população, de modo a tornar possível a compreensão dos instrumentos que podem ser trabalhados e as possibilidades de avaliação para melhoria de programas implantados.

Após uma análise conceitual e mais abrangente do artesanato e das políticas públicas, fez-se necessário um recorte mais específico do tema. Dessa forma, o foco passa a ser, no terceiro capítulo, o artesanato no Estado do Ceará. Dentro desse bloco de estudo, foram analisadas as influências do artesanato para o contexto socioeconômico e cultural do país, buscando entender os impactos e a importância da atividade dentro da economia como um todo. A exposição das várias tipologias artesanais existentes também deu consistência ao direcionamento definido para o trabalho, que teve a tipologia renda de bilro selecionada como objeto de estudo.

Nessa etapa do trabalho, foi feita uma explanação acerca do Programa de Artesanato, sua origem, abrangência, ferramentas e desenvolvimento, possibilitando a avaliação dos seus resultados a ser realizada na última fase do projeto e dando instrumentos para uma avaliação mais precisa. Destaca-se, ainda, a escolha do município de Aquiraz para compor o estudo, considerando sua localização próxima à capital e a grande representatividade do artesanato produzido na região para o estado do Ceará. Diante disso, o potencial cultural do município é exposto para justificar seu diferencial no recorte do tema.

O quarto capítulo é considerado um dos blocos mais relevantes deste trabalho, devido ao leque de possibilidades que se abrem às políticas públicas do estado com a avaliação dos resultados do Programa de Desenvolvimento do Artesanato. Nessa etapa, explora-se a concepção do Programa e seu modo de funcionamento, a implantação da política junto aos artesãos de Aquiraz, traça-se um perfil dos artesãos da renda de bilro e, a partir da junção desses dados, foi montado um quadro comparativo para análise dos resultados alcançados, visando descobrir quais as mudanças reais geradas pela política.

É nesse capítulo que são feitas as considerações acerca dos impactos gerados pelo programa e é exposta a análise propriamente dita de seus resultados, da continuidade desses benefícios e do saneamento de seus problemas. A partir dessas considerações, o Programa de Artesanato poderá ser aperfeiçoado ou implementado de uma forma mais contundente em outros municípios. A pesquisa em questão se transforma, portanto, em um importante documento para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes no segmento artesanal, identificando e valorizando a atividade enquanto geradora de emprego, renda e benefícios sociais.

Assim, a motivação principal desse trabalho é a busca pela exposição e análise do contexto no qual o artesanato cearense, e especificamente a renda de bilro, estão inseridos, de modo a avaliar as políticas públicas já implantadas e a promover novas estratégias para o desenvolvimento do município de Aquiraz e de outros municípios abrangidos pelo programa. Com dados consistentes e o conhecimento dos resultados do programa, menores serão as falhas e adequações do modelo de políticas públicas a outros locais e aumentam as chances desse programa funcionar como um recurso desenvolvido e eficaz de inclusão e transformação social.



## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS, POBREZA E DESENVOLVIMENTO

### 2.1. Pobreza e Políticas de Trabalho e Geração e Renda

No conceito utilizado por Amartya Sen, a pobreza é vista como privação de capacidade básica em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação desse fenômeno. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia de que a renda baixa é uma das causas principais da pobreza. A falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

Assim, uma renda inadequada é uma forte condição para uma vida pobre. A autora argumenta em favor da abordagem da pobreza como privação de capacidades da seguinte forma:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).
- 2) Existem outras influências sobre a privação de capacidades e, portanto, sobre a pobreza real- além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional). (SEN, 2010, p.120)

O terceiro argumento é particularmente importante quando se examina e avalia a ação pública destinada a reduzir a desigualdade ou a pobreza. No contexto da elaboração prática de políticas públicas é possível destacar quatro razões para as variações condicionais: Primeiro, a relação entre renda e a capacidade seria acentuadamente afetada pela idade da pessoa (por exemplo, pelas necessidades específicas dos idosos e dos muito jovens), pelos papéis sexuais e sociais (por exemplo, as responsabilidades especiais da maternidade e também as obrigações familiares determinadas pelo costume), pela localização (por exemplo, propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência em alguns bairros pobres e muito populosos), pelas condições epidemiológicas (por exemplo, doenças endêmicas em uma região) e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado. Ao contrastar grupos populacionais classificados segundo idade, sexo, localização etc., essas variações paramétricas são particularmente importantes.

Segundo, pode haver certo "acoplamento" de desvantagens entre (1) privação de renda e (2) adversidade na conversão de renda em funcionamentos. Desvantagens como a idade, incapacidade ou doença reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Mas também tornam mais difícil converter renda em capacidade, já que uma pessoa mais velha, mais incapacitada ou mais gravemente enferma pode necessitar de mais renda (para assistência, prótese, tratamento) para obter os mesmos funcionamentos (mesmo quando essa realização é de algum modo possível).

Isso implica que a "pobreza real" (no que se refere à privação de capacidades) pode ser, em um sentido significativo, mais intensa do que pode parecer no espaço da renda. Essa pode ser uma preocupação crucial na avaliação da ação pública de assistência aos idosos e outros grupos com dificuldades de "conversão" adicionais à baixa renda.

Terceiro, a distribuição dentro da família acarreta complicações adicionais na abordagem da pobreza baseada na renda. Se a renda familiar é usada desproporcionalmente no interesse de alguns membros da família em detrimento de outros (por exemplo, se existe uma sistemática "preferência pelos meninos" na colocação dos recursos da família), o grau de privação dos membros negligenciados (no exemplo em questão, as meninas) pode não se refletir adequadamente pela renda familiar. Essa é uma questão substancial em muitos contextos; a parcialidade por um dos sexos parece realmente ser um dos fatores fundamentais na alocação familiar em muitos países da Ásia e da África setentrional. A privação das meninas é mais prontamente constatada quando se verifica a privação de capacidades (mortalidade, morbidez, subnutrição, negligência médica etc., mais elevadas) do que empregando a análise baseada na renda.

Quarto, a privação *relativa* de *rendas* pode resultar em privação *absoluta* de *capacidades*. Ser relativamente pobre em um país rico pode ser uma grande desvantagem em capacidade, mesmo quando a renda absoluta da pessoa é elevada pelos padrões mundiais. Em um país generalizadamente opulento, é preciso mais renda para comprar mercadorias suficientes para realizar o *mesmo funcionamento social*.

Por exemplo, as dificuldades que alguns grupos de pessoas enfrentem para "participar da vida da comunidade" podem ser cruciais para qualquer estudo de "exclusão social". A necessidade de participar da vida de uma comunidade pode induzir demandas por equipamentos modernos (televisores, videocassetes, automóveis etc.) em um país onde essas comodidades são quase universais (diferentemente do que seria necessário em países menos ricos), e isso impõe existência severa a uma pessoa relativamente pobre em um país rico mesmo quando ela possui um nível de renda muito mais elevado em comparação com o dos habitantes de países menos opulentos. Por certo, o fenômeno paradoxal da fome em

países ricos – mesmo nos Estados Unidos – tem certa ralação com as exigências concorrentes desses dispêndios. (SEN, 2010, p.123)

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esses fins. As privações são vistas em um nível mais fundamental, mais próximo das demandas informacionais da justiça social. Daí a relevância da perspectiva da pobreza baseada na capacidade.

O autor aponta que embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso.

A última relação pode ser particularmente importante para a eliminação da pobreza com base na renda. Não ocorre apenas que com a melhoria da educação básica e serviços de saúde seja afetada diretamente (e somente) a qualidade de vida; esses dois fatores também aumentam o potencial da pessoa auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida por esse fator. Quando mais inclusivo for o alcance da educação básica de serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a pobreza.

Embora valha a pena ressaltar essas relações entre pobreza de renda e pobreza de capacidades, também é importante não perder de vista o fato fundamental de que a redução da pobreza de renda não pode, em si, ser a motivação suprema de políticas de combate à pobreza. É perigoso ver a pobreza segunda a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde etc., com argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir os fins com os meios.

As questões básicas de fundamentação obrigam-nos, por razões já expostas, a entender a pobreza e a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se diretamente nessas

considerações básicas. Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza.

Assim, o autor destaca:

O tratamento da desigualdade na avaliação econômica e social encerra muitos dilemas. Com frequência é difícil defender desigualdades substanciais por meio de modelos de "equidade". A preocupação de Adam Smith com os interesses dos pobres (e sua indignação com a tendência a negligenciar esses interesses) relacionou-se naturalmente ao seu imaginoso expediente de como um "observador imparcial" veria a situação – uma investigação que proporciona insights abrangentes sobre os requisitos de equidade no juízo social. (SEN, p.126)

Entretanto, tentativas de erradicar a desigualdade podem, em muitas circunstâncias, acarretar perda para a maioria, e às vezes, para todos. Esse tipo de conflito pode emergir em forma branda ou severa dependendo das circunstâncias exatas. Modelos de justiça envolvendo o "observador imparcial", a "posição original" ou a rejeição não razoável precisam levar em conta essas diversas considerações.

Não é de surpreender que o conflito entre as considerações agregativas e distributivas tenha recebido notável atenção dos economistas. Nada mais adequado, já que se trata de uma questão importante. Sugeriram-se muitas fórmulas conciliatórias para a avaliação das realizações sociais, levando em conta simultaneamente considerações agregativas e distributivas.

O contraste entre as perspectivas diferentes da renda e da capacidade influencia diretamente o espaço no qual igualdade e eficiência serão examinadas. Por exemplo, uma pessoa com renda elevada mas sem oportunidade de participação política não é pobre no sentido usual, porém claramente é pobre no que diz respeito a uma liberdade.

Diante de todo o exposto, vale dar um destaque às políticas de trabalho e renda desenvolvidas especificamente no Brasil. A socióloga Vilma Evangelista Faria (1999) contextualiza a questão social no Brasil afirmando que ela está relacionada à existência de uma estrutura extremamente complexa de exclusões sociais, discriminações, desigualdade, vulnerabilidades, resultantes de um longo processo histórico. Nele, alguns grupos nunca conseguiram se

beneficiar do vigoroso desenvolvimento que ocorreu no Brasil. Estes grupos seriam o de pequenos proprietários de terra empobrecidos, situação de discriminação ancorada no nosso passado colonial e na persistência de uma perversa estrutura fundiária; a população negra discriminada, herança de nosso passado regime de escravidão; e certos grupos que vivem abaixo da linha da pobreza, sempre vulneráveis.

Tantos problemas, com raízes no passado, tornam o Brasil, um país desigual e, certamente, um dos países mais desiguais do mundo na sua categoria. A renda média de seus 10% mais ricos representa quase 30 vezes a renda média dos 40% mais pobres (FARIA, 1999).

Tudo isso traz reflexos na política pública de trabalho e renda. O mercado de trabalho no Brasil é bastante heterogêneo, como tudo no país, e é marcado pela diversidade. Entre 1920 e 1980, o Brasil se industrializou praticamente sem uma política pública de trabalho e renda. As ações governamentais nesse campo foram ações isoladas, pontuais e residuais. (FARIA, 1999, p.13)

No Nordeste, por exemplo, foram criadas agências de fomento ao desenvolvimento local (SUDENE/1959, DNCOS/1945; BNB/1952). Mas essas ações não estiveram ligadas a uma política sistêmica de atendimento às necessidades dos trabalhadores no enfrentamento de questões relativas ao mercado de trabalho.

A proteção e assistência ao emprego sempre foram política residual. Acreditou-se que o nível e a qualidade do emprego estariam associados unicamente aos investimentos produtivos, ao crescimento econômico. Os trabalhadores brasileiros conheceram poucos recursos públicos de auxílio a sua atividade de trabalho.

Na década de 80, o país e a América Latina viveram um período de euforia com a abertura política. A região parecia finalmente entrar numa etapa de reorganização da sociedade com bases mais democráticas. Nesse mesmo período, porém, uma nova onda de crise econômica assolou a região, deixando para a década seguinte uma questão pendente: até que ponto se pode progredir e se consolidar uma democracia capitalista em situações recessivas e com um quadro de miséria como o que atualmente afeta as nascentes democracias sul-americanas? (BORÓN, 1995).

Com relação à política pública de trabalho e renda, foi nessa década a primeira experiência brasileira: a partir do Plano Cruzado (1986), foi instituído, de forma precária, o Seguro-Desemprego.

Na Constituição de 1988 é prevista, de forma mais organizada, a implantação de um Sistema público de Emprego, nos moldes definidos pela convenção 88 da OIT. Porém a implantação e regulamentação definitivas somente vieram a ocorrer no ano de 1990. Nesse ano, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 7.998/90, que instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), um organismo moldado conforme as prescrições da OIT.

No Brasil, a rapidez das mudanças sociais, econômicas e políticas dos últimos anos tem alterado radicalmente o mercado de trabalho, com redução drástica de postos de trabalho nos diversos ramos da economia. Assim, o mercado de trabalho, no Brasil, apresenta nova dinâmica, caracterizada por declínio e precarização do emprego formal assalariado, expansão de emprego assalariado sem carteira assinada e dos empregos por “conta-própria”, além da introdução de novas formas e oportunidades de trabalho, no chamado setor informal da economia. Nesse momento o artesanato é considerado como uma dessas atividades alternativas de geração de trabalho e renda para aqueles que não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho.

Diferentemente dos países desenvolvidos, a redução de empregos no setor industrial não tem sido compensada com a criação de postos de trabalho em outros setores da economia formal. Muito pelo contrário, as pesquisas indicam que entre 90-92 foram queimados 1 milhão de postos de trabalho no setor industrial que, em contrapartida, estão sendo substituído por serviços desqualificados e precarizados. (SALM, 1997)

Este mesmo autor fala em um processo de desindustrialização para definir as tendências da reestruturação produtiva no Brasil, onde mesmo quando se constata um aumento de produtividade, este está se dando em função da introdução de inovações organizacionais e de alguma renovação dos equipamentos, mas principalmente por um enxugamento das linhas de produção. Já Pochman (1997) fala em “desintegração da economia brasileira”:

O ciclo de desenvolvimento nacional de 1933 a 1980 gerou uma base industrial complexa e diversificada e estruturou uma planta produtiva ao longo de várias cadeias. O movimento que ocorre nos anos 90 é marcado pela abertura, pela recessão e por planos de estabilização. Conduz a uma reestruturação sem política industrial, sem políticas sociais compensatórias, sem um plano nacional de desenvolvimento. Isso resulta de uma inserção cada vez mais subordinada do Brasil à economia internacional, e o que se observa é uma modernização restrita à ponta da cadeia produtiva. A indústria de automóveis aumentou quase 60% a sua produção, mas a cadeia produtiva não acompanhou o mesmo nível de produção. Isso foi possível porque a grande indústria mudou seu mix de produção. Ao invés de compras ao longo de sua cadeia, gerando um efeito para trás, passou a importar vários produtos intermediários e sem perspectivas de crescimento sustentado. (POCHMAM, 1997, p.16)

Esses múltiplos fatores, vinculados à realidade sócio-histórica e econômica do país, têm determinado que os efeitos das mudanças atuais ampliassem o fenômeno do desemprego e da pobreza no Brasil. Entre esses fatores poderíamos destacar a concentração de renda, a retração do emprego no serviço público e um crescimento da produção autônoma menor do que seria preciso para integrar nela os expulsos do setor estatal e capitalista.

“O desafio de gerar esse volume de empregos, numa situação em que a relação crescimento do produto/geração de emprego é cada vez mais desfavorável, consiste talvez no problema estratégico mais relevante do Brasil” (FARIA, 1999). Assim, o autor resume a atual conjuntura do país quanto a suas políticas de geração de emprego e renda.

## **2.2. Artesanato e Desenvolvimento Socioeconômico**

A globalização da economia é o processo através do qual se expande o mercado e onde as fronteiras nacionais parecem mesmo desaparecer, por vezes, nesse movimento de expansão. Trata-se da continuação do processo de internacionalização do capital, que se iniciou com a extensão do comércio de mercadorias e serviços, passou pela expansão dos empréstimos e financiamentos e, em seguida, generalizou o deslocamento do capital industrial através do desenvolvimento das multinacionais.

A fase atual, chamada de globalização, caracteriza-se por: a) deslocamento espacial das diferentes etapas do processo produtivo, de forma a integrar vantagens nacionais diferentes; b) desenvolvimento tecnológico acentuado, nas áreas de telemática e informática, usando-o de forma a possibilitar o deslocamento espacial das fases de produção e reduzindo tempo e espaço no processo de comercialização; c) simplificação do trabalho, para permitir o deslocamento espacial da mão de obra; d) igualdade de padrões de consumo, para permitir aumento de escala; e) mobilidade externa de capitais, buscando rentabilidade máxima e curto prazo; e f) difusão (embora desigual) dos preços e padrões de gestão e produção, mantendo, todavia, diferenças de condições produtivas que são aproveitadas no deslocamento da produção. (MOLLO, 1995)

Trata-se, pois, de buscar aumentos cada vez maiores nas condições de concorrência e de ampliar ao máximo o mercado, o que impulsionou no mundo inteiro a prática do liberalismo econômico. Assim observou-se, ao lado da abertura comercial generalizada, a difusão dos processos de desregulamentação e de privatização, no mundo todo.

A autora destaca que esta prática, não apenas retirou o Estado de várias áreas, reduzindo seu papel, mas ainda dificultou sobremaneira sua atuação, uma vez que a mobilidade de capitais acentuada torna os países extremamente vulneráveis a mudanças nas expectativas, e

inviabiliza o prosseguimento de políticas internas. Além disso, a privatização desordenada e o desmantelamento do aparelho estatal tiram instrumentos e margem de manobra do Estado.

É inegável que o acirramento da concorrência amplia a chamada "eficiência" no que se refere, por exemplo, à queda dos preços, o que funcionou positivamente nos programas de estabilização mais recentes, como o brasileiro. É inegável, também, que a qualidade dos produtos cresce, assim como o desenvolvimento tecnológico é estimulado. Mas a liberalização econômica em escala mundial teve também conseqüências danosas, que sugerem a necessidade de retorno à regulamentação estatal. Entre elas destacamos: a) a intensificação dos processos de concentração, polarização e marginalização, que ampliam o caráter excludente do capitalismo; e b) o aumento da volatilidade dos capitais, da instabilidade financeira e do caráter fictício do capital, que colocam em risco o próprio andamento das economias a médio e longo prazos. (MOLLO, 1995)

Esse fenômeno influenciou a comercialização do artesanato no Ceará. As peças artesanais passaram a ser produzidas em escala com a inclusão de equipamentos modernos. Entender as razões para que estes processos tenham se desenvolvido paralelamente à globalização, é uma questão que merece atenção.

Falar de artesanato, ou antes, apresentar uma única definição é, senão impossível, problemático, na medida em que nos remete para diferentes saberes e referentes culturais, para uma pluralidade de objetos e atividades. Faz parte do imaginário coletivo pensar o artesanato como expressão de tradições populares regionais, associando-o à arte popular, pelo que muitas vezes ouvimos designá-lo como "arte menor". Progressivamente esta concepção restrita deu lugar a outra, em que o critério de criação artística assume um papel importante, flexibilizando-se as fronteiras entre arte e artesanato.

Além disso, o artesanato, que por muitos era visto como atividade econômica marginal, hoje é tratado como atividade regular inserida no mercado competitivo. Em países desenvolvidos, as atividades artesanais geram, normalmente, produtos de qualidade superior e de alto valor agregado, contribuindo fortemente para o crescimento econômico e para o bem-estar social de inúmeras pessoas. A Finlândia e a Dinamarca são exemplos de países que mantêm essa relação próxima com o artesanato e onde essa atividade é altamente sofisticada, destacando-se pela inovação e *design* criativo, arrojado e moderno.

No Brasil as transformações econômicas, tecnológicas e sociais marcam a sociedade contemporânea e originam grandes mudanças nas formas de trabalho, modo de vida, comportamento das pessoas e no papel do Estado. Portanto o papel mediador que o Estado possui não pode ser desconsiderado nesse cenário de mudanças. Entre as novas obrigações



que se impõe ao Estado esta a de adotar políticas públicas que favoreçam aos negócios de forma a criar condições estruturais de competitividade em escala global.

Partindo do pressuposto de que o mundo do trabalho, na atualidade, se avizinha com menores possibilidades de emprego formal, principalmente para aqueles sem uma qualificação, se faz necessário pensar em opções de inserção da população economicamente ativa.

A cultura cearense é de base essencialmente européia e ameríndia, com algumas influências afro-brasileiras, assim como em todo o sertão nordestino. Quando da introdução da cultura portuguesa no Ceará, ao longo do século XVII, os índios já produziam um diversificado artesanato a partir de vegetais como o cipó e a carnaúba, bem como dominavam técnicas primitivas de tecelagem do algodão, inclusive tingindo os tecidos de vermelho com a casca da aroeira. Com a colonização, diversas técnicas européias se somaram a essa base cultural, formando uma arte popular e o artesanato que hoje é conhecida nacional e internacionalmente.

Com origens portuguesas e relevante influência indígena, têm destaque a produção de redes com os mais diversos bordados e formas e intrincadas rendas feitas em bilros, talvez o maior destaque da produção artesanal cearense, sendo uma arte tradicional no Ceará desde, pelo menos, o século XVIII. As rendas e os labirintos possuem maior destaque nas imediações do litoral, enquanto o interior se destaca mais pelos bordados.

Nessa perspectiva o programa de desenvolvimento do artesanato tem como meta principal ampliar o mercado do setor criando oportunidades que venham contribuir com melhores condições de vida dos artesãos, tarefa prioritária para as instituições que lidam com as políticas de geração de trabalho e renda.

### **2.3. Sobre Avaliação de Políticas Públicas**

Avaliar as políticas públicas e seus impactos constitui-se um procedimento de grande importância para o público que delas necessita principalmente no que diz respeito às grandes prioridades sociais: saúde, educação, alimentação e geração de renda. Para isto será preciso aprofundar a análise sobre a qualidade das políticas, programas e projetos desenvolvidos através dos governos, nas suas diversas instâncias. “É preciso se preocupar em aumentar a eficiência na utilização dos recursos disponíveis e incrementar a eficácia na consecução dos objetivos dos projetos que são financiados” (COHEN, 1993).

Para Thereza Lobo, o maior objetivo na avaliação de programas sociais refere-se à obtenção de um instrumento que propicie canais de controle sobre o gasto público na área social. A autora propõe a avaliação *ex-post*, que trabalha com impactos e processos, evitando-se, assim, o comprometimento do resultado da ação.

Vale ressaltar a avaliação da eficácia (resultados) e eficiência (rentabilidade) proposta pela autora Aguilar (1994), a qual consiste na análise da participação da população destinatária de um programa, ao realizar-se o que se denomina de avaliação de impacto.

A autora Amartya Sen, apresenta uma preocupação com o desenvolvimento das capacidades individuais de cada cidadão e não somente com o crescimento da renda e da riqueza. Este enfoque torna oportuno o entendimento e a possibilidade de aproximação com as questões contidas no segmento do artesanato.

Para melhor compreender a avaliação de políticas públicas faz-se necessário o conhecimento das diversas concepções do tema, relação com o estado, contexto e a identificação de suas diferenciações.

A pesquisadora Eloisa de Matos Hofling (2001) faz a distinção entre o Estado e o Governo. Segundo sua análise, o Estado é definido como um conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo. O Governo é definido como um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade e configura-se numa orientação política, desempenhando suas funções por um determinado período.

Ainda segundo a autora temos a definição da expressão “políticas públicas” como ações que determinam o padrão de proteção social instituído pelo Estado, voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais com vistas à diminuição das desigualdades estruturais. Ressalta-se que “mais do que oferecer “serviços sociais” as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais” (HOFLING, 2006).

Políticas públicas são entendidas como o “Estado em ação” (GOBERT MULLER, 1987). As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.

Para Marx, as ações estatais estariam direcionadas para a garantia da produção e reprodução de condições favoráveis à acumulação do capital e ao desenvolvimento do capitalismo. Já na concepção de Claus Offe, o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da

manutenção das relações capitalistas em seu conjunto, e não especificamente a serviço dos interesses do capital. Em um Estado de inspiração neoliberal, as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social.

Os elementos apresentados contribuem para uma melhor compreensão da avaliação de uma política de geração de ocupação e renda, permitindo uma análise mais aprofundada dessa política no contexto do tema dessa monografia. Nesse sentido, o exercício de compreender o movimento das políticas públicas na atualidade faz-se necessário, refletindo-se a partir dos últimos acontecimentos no mundo.

Após duas décadas de mundialização do capital, de acordo com Alba Carvalho, as desigualdades e as contradições continuam marcando o mundo contemporâneo. Torna-se necessário, portanto, analisar as potencialidades do público e das políticas públicas para enfrentar as desigualdades neste mundo que tem como referência a produção e manutenção do capital. Para a autora, a mistificação do dinheiro e da mercadoria afirma-se como marca do nosso tempo.

A acumulação rentista, nos processos de ‘financeirização da economia’, é levada à sua forma extrema, gestando, nesta primeira década do século XXI, uma crise econômico-financeira mundial que atinge a Humanidade, comprometendo as condições de vida e de trabalho de parte considerável da população em todo o mundo, afetando, de forma drástica, os mercados de trabalho, no rastro de forte desaceleração econômica. (CARVALHO, 2009)

Assistimos recentemente a mais uma crise, desta vez, com dimensão global e de grandes proporções que aumenta a vulnerabilidade e precarização do mundo do trabalho, como destacado por Alba Carvalho:

Assim, a marca por excelência da civilização do capital, no final do século XX / início do século XXI, é a emergência de um crescente contingente de trabalhadores supérfluos que, sem condições de vender a sua força de trabalho, enveredam pela economia marginal, trilhando os perigosos caminhos da imigração considerada ilegal. É o que Zigmunt Bauman define como ‘produção do refúgio humano’: seres refugiados como produto inevitável da nossa sociedade. (CARVALHO, 2009)

Nos últimos 25/30 anos, o Estado se redefine e assume configurações contemporâneas. Para a autora, constitui-se um “Estado Ajustador”: ajusta e ajusta-se ao padrão de acumulação e formas de valorização do capital. É preciso considerar que este “Estado Ajustado” emerge e

institui-se no contexto da Democracia, que, na contemporaneidade, afirma-se como sistema de governo hegemônico.

É a democratização dos sistemas políticos convivendo com processos que Boaventura de Sousa Santos (2007) denomina de “des-democratização das sociedades”, com o aumento das desigualdades sociais, da violência, da desproteção social e da insegurança pública. (CARVALHO, 2009)

Para entender o padrão de Estado Latino-Americano contemporâneo deve-se considerar que, ao longo dos últimos anos, nos processos de democratização e no ciclo de ajuste à nova ordem do capital, os Estados da América Latina constituíram-se na confluência contraditória de duas configurações estatais:

- O Estado Democrático, ampliado pela via da Política, a privilegiar a dimensão do público, encarnando a perspectiva da ampliação dos direitos.
- O Estado Ajustador, regido pela lógica da mercantilização, a destruir a Política, ajustando-se aos ditames da ordem do capital. (CARVALHO, 2009)

De acordo com a Alba, cabe circunscrever determinadas marcas contemporâneas que se afirmam de forma dominante.

O Estado Ajustador, sob a égide da lógica da mercantilização e do poder burocrático, efetiva o desmonte dos Sistemas de Proteção Social, mirando a perspectiva de políticas universais de ampliação de direitos. No caso europeu, tem-se o desmonte de sistemas instituídos, como maior ou menor amplitude. São expressões emblemáticas de tal desmonte a destituição progressiva do direito do trabalho e do sistema de proteção ao trabalhador, bem como a política de intolerância com a emigração dos imigrantes. Especificamente na América Latina, a considerar os processos de reconhecimento tardio de direitos sociais, no último quartel do século XX – “regulação social tardia”, na análise de Aldaia Sposati – o desmonte se dá pela não viabilização de sistemas amplos de seguridade social, constituídos legalmente, a partidas de lutas sociais, verificam-se, assim, um descompasso entre o legal e o real;

Reconfiguração das Políticas Sociais que se voltam para a inserção social, neste contexto de vulnerabilidade e flexibilização do mundo do trabalho e desmonte de direitos. (CARVALHO, 2009)

Ao mesmo tempo em que há uma expansão do capital, conforme as diretrizes do neoliberalismo, surgem tendências que apontam para mudanças nos desenhos das Políticas Públicas. As lutas emancipatórias de Movimento Sociais são percebidas, quando da democratização participativa do Estado, com base na dialética política do reconhecimento da igualdade/diferença.

Portanto, atualmente há crescentes desigualdades sociais, que prescindem de Políticas Públicas adequadas que respondam aos anseios da sociedade e que possam reverter o quadro de injustiça e dívida social.

A autora ressalta que, no contexto de instabilidade e crises, a questão do Estado ganha centralidade, afirmando, com clareza, o intervencionismo estatal para manter e reproduzir o sistema do capital. Neste sentido, István Mészáros é categórico: o sistema capitalista não sobrevive um dia sequer, sem uma das múltiplas formas de intervenção massiva do Estado (MÉSZÁROS, 1997).

A rigor, o Estado ajusta a sua intervenção às distintas exigências do sistema do capital em suas diferentes fases, desenvolvendo um neointervencionismo estatal, funcional ao padrão de acumulação e formas de valorização do capital nos circuitos de sua mundialização (CARVALHO, 2009).

O neointervencionismo estatal, segundo a autora, apresenta-se em duas configurações básicas de intervenção nos processos de mundialização com dominância financeira: a primeira é o “neointervencionismo velado” no âmbito da dominância de ideologia neoliberal e sua mitologia do livre mercado; a segunda é o “neointervencionismo explícito” nos percursos das crises do capital no tempo presente, acarretando o “debacle” da doutrina neoliberal e a desmistificação do propalado livre mercado.

O Estado capitalista se apresenta sempre nas disputas entre o pólo mercantil e o pólo público societal. (...) Como efeito, é uma disputa onde a dominância é do pólo mercantil que impõe padrões de organização na civilização do capital. No entanto, o exercício da Política – a grande política – é capaz de colocar em pauta, no interior do Estado, interesses de sujeitos políticos que estão construindo emancipações! (CARVALHO, 2009)

Outro conceito relevante para compreender o Estado e as Políticas Públicas está contido na “Regulação social tardia” identificado pela autora Aldaís Sposati:

Caracterizo como regulação social tardia os países nos quais os direitos sociais foram legalmente reconhecidos no último quartil do século XX e cujo reconhecimento legal não significa que estejam sendo efetivados, isto é, podem continuar a ser direitos de papel que não passam nem pelas institucionais, nem pelos orçamentos públicos. (SPOSATI, 2003)

Ela expõe, ainda, que as políticas sociais na América Latina se caracterizam pelos os seguintes aspectos:

- Reconhecimento de direitos sociais com lutas protagonizadas por movimentos sociais e não por movimentos sindicais;
- Diluição desse reconhecimento em lutas locais, no âmbito de cidades, dando caráter difuso à efetivação de direitos sociais para todos, isto é, territorializando direitos, embora o país não constitua uma federação;

- Fragilidade da continuidade do reconhecimento dos direitos sociais ou de sua permanência ou do modo de sua permanência na agenda pública, já que se tornam dependentes da “sensibilidade política” do grupo no governo e não, efetivamente, resultado e conquistas consolidadas reclamáveis nos tribunais como direitos não efetivados pelo Estado. (SPOSATI, 2003)

De acordo com o entendimento da hegemonia econômica neoliberal, a autora destaca que os programas sociais são geridos pelo princípio da alta rotatividade, deslocando-se para o indivíduo a responsabilidade em superar riscos sociais. Sob este princípio, não são geradas garantias sociais, mas “permanências” de acesso como se fossem “vistos temporários” para o mundo da proteção social. Quando não temporários, a condição da garantia social é tão rebaixada em seu alcance e padrão de qualidade que não consegue afiançar autonomia ou segurança aos cidadãos que são seus usuários.

Andreas Novy (2009), em artigo publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, ressalta a política do Governo Lula, constituindo um contraponto em relação aos resultados dessas políticas. Enquanto o neoliberalismo continua dominante nos países contrais, ele convive enfraquecido com um novo tipo de capitalismo de Estado na América Latina, já que as vitórias de Chávez, Kirchner e Lula, seguidas de outras, mudaram as correlações de força em diferentes escalas.

A democratização socioeconômica atual pode permitir um avanço civilizatório parecido ao obtido pela social-democracia européia no século passado: extinguir o analfabetismo, a fome e a indigência. Seria um avanço mínimo, mas secular e impensável até pouco tempo. Visto desse ângulo, podemos verificar que a formação de um Estado, que apoia não somente o capital, mas promove o bem-estar dos excluídos, visa além do neoliberalismo, mas não além do capitalismo. (NOVY, 2009).

O autor destaca ainda que:

Há no Brasil um estado a serviço da universalização dos direitos sociais, e que oferece uma oportunidade real de superar 500 anos de dependência, junto com a fome e a indigência. Pode parecer pouco para nós que sonhamos com outro mundo – mas é muito, em comparação com o que parecia viável dez anos atrás. (NOVY, 2009).

Para construir um resultado através dessa monografia foi indispensável refletir a partir de autores que expressam seus conceitos em relação à avaliação dessas políticas públicas. O estudioso Nilson Holanda considera que toda atividade de pesquisa e avaliação é constituída por um processo cíclico onde as rodadas de análise e retornos ao ponto de partida são necessárias para a retroalimentação. O planejamento da pesquisa deve envolver os aspectos técnicos e metodológicos assim como os aspectos de natureza gerencial ou operacional.

O plano de trabalho ou desenho da pesquisa de quem vai executar a avaliação evidencia todas as providências e medidas necessárias para o planejamento da ação. O ponto de partida para iniciar esse plano é a definição dos objetivos da avaliação e as questões centrais que se pretende trabalhar. No tocante aos objetivos da avaliação vale ressaltar dois pontos essenciais: o que se pretende avaliar e com que propósito.

As questões geralmente dizem respeito aos seguintes aspectos (HOLANDA, 2006): Processo; Resultados, efeitos e impactos; Relações e conexões entre processos e resultados (insumos e produtos), de um lado, ou entre a execução do programa e dos efeitos produzidos, de outro; Interpretações e explicações sobre a dinâmica dessas relações e conexões e de como podemos identificar fatores de sucesso e fracasso na execução dos programas.

O autor define a avaliação da seguinte forma:

Em sentido lato, avaliar significa estimar, ajuizar, calcular, computar, apreciar ou determinar a valia, o valor, o preço ou o merecimento de algo ou alguém. Em sentido estrito – como é o caso da abordagem deste livro – avaliar é julgar, estimar, medir, classificar, ponderar, aferir ou analisar criticamente o mérito, o valor, a importância, a relevância, a utilidade ou a prioridade de um projeto de investimento ou de um programa social, geralmente financiado com recursos públicos e voltado para resolver um determinado problema econômico ou social. (HOLANDA, 2006).

De acordo com a percepção de Holanda, qualquer programa social está fundamentado em uma teoria – a teoria do programa – um conjunto de hipótese logicamente articuladas que explicam como e porque podemos esperar que a intervenção do governo resolva um determinado problema social. Ela define também a estratégia e a tática que serão utilizadas para atingir os objetivos e metas do programa. A teoria do programa algumas vezes é chamada de teoria do impacto, plano ou desenho do programa.

Em muitos casos, essa teoria não está explicitada. Outras vezes, embora explícita, parte das premissas falsas ou apresenta incoerências, falhas e lacunas graves, quando não se revela completamente equivocada. Por isso, pode ser necessário, antes de avaliar o programa, avaliar a teoria na qual ele se fundamenta.

A avaliação da teoria do programa é muito útil nos estágios iniciais de sua formulação ou – se já iniciado – no começo de sua execução, quando as suas inadequações se tornam muito evidentes e o governo ainda tem margem de manobra para reformulá-lo, adiá-lo, cancelá-lo ou suspendê-lo por algum tempo, de modo a viabilizar uma segunda rodada de implementação, sob bases mais sólidas.

Quando se avalia um programa busca-se:

1. Aferir até que ponto os objetivos do Programa ou projeto foram alcançados (eficácia);
2. Esclarecer se isso foi feito de forma econômica, ou seja, com uma adequada relação entre custos e benefícios (eficiência);
3. Avaliar o impacto final do projeto, do ponto de vista da real melhoria das condições de vida dos beneficiários e das repercussões econômicas, sociais e políticas da sua execução (efetividade);
4. Recolher subsídios para a melhoria da eficiência do processo de formulação e implementação de programas e projetos. (HOLANDA, 2006)

De acordo com o autor Marjukka Ala-Haja & Sigurdur Helgason (2000, p.11) “gerenciar normalmente implica um ciclo de planejamento/preparação, dotação orçamentária, implementação e avaliação. (...) Uma política ou programa que tenham sido avaliados podem ser melhorados, expandidos ou substituídos”. O autor define que as avaliações de programa “constituem análises sistemáticas e de aspectos importantes de um programa e de seu valor, de modo a oferecer conclusões confiáveis e utilizáveis”.



## **3. TRAJETÓRIA DO PROGRAMA**

### **3.1. O Artesanato na Economia e na Cultura Brasileira**

O Programa de Artesanato Brasileiro – PAB, conceitua o artesanato como sendo:

...o produto resultante da transformação da matéria-prima, com predominância manual, por um indivíduo que detém o domínio integral de uma ou mais técnicas previamente conceituadas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, com ou sem expectativa econômica, podendo, no processo, ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. (PAB, 2000)

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, em 2004, o segmento gerou uma renda de cerca de R\$ 28 bilhões ao ano, fruto do trabalho de aproximadamente 8,5 milhões de pessoas em todo o país. Estima-se que o rendimento médio mensal por pessoa seja de 03 (três) salários mínimos, variando entre um salário mínimo no interior e 5,5 a 6,0 salários mínimos nas regiões metropolitanas. No Nordeste, calcula-se que existam 3,5 milhões de pessoas inseridas no mercado informal, vivendo de atividades artesanais (BNB, 2002).

Posteriormente, foi editado o Decreto Nº 83.290, de 13 de março de 1979, que regulava a classificação dos produtos artesanais e a identificação profissional do artesão. Em 21 de março de 1991, por meio de um Decreto sem número, publicado no Diário Oficial do dia 22 do mesmo mês e ano, foram revogados os Decretos retrocitados e instituído o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), no âmbito do extinto Ministério da Ação Social.

Este Programa tem por o objetivo coordenar e desenvolver ações em nível estadual que visam a valorização do artesão, elevando seu nível cultural, profissional e socioeconômico e, ainda, promover e divulgar o artesanato brasileiro. Dentre as linhas prioritárias de atuação, destacam-se a geração de oportunidades de trabalho e renda, o aproveitamento das vocações regionais, o incentivo à preservação das culturas locais e a formação de uma mentalidade empreendedora por meio da preparação das organizações (gestão) e de seus artesãos para o mercado competitivo (aperfeiçoamento dos produtos artesanais). Finalmente, com a publicação do Decreto Nº 1.508, de 31 de maio de 1995, o PAB passou a ser vinculado ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, sucedido, em sua competência, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O referido Programa vem implementando ações em parceria com as Coordenações Estaduais de Artesanato de 26 Estados e Distrito Federal, apresentando os seguintes resultados: 27 núcleos de produção beneficiados, entre associações e cooperativas, no ano de 2000; mais 81 núcleos, em 2001, totalizando 108 núcleos e 2.876 artesãos formados em gestão e organização para exercerem a função de multiplicadores em seus respectivos estados.

No Ceará, a atividade artesanal passou a ter sua importância enfatizada a partir de 1950, com a implantação de programas pelo BNB e SUDENE. Em 1960, o trabalho artesanal foi considerado como uma estratégia de manutenção e criação de empregos, com capacidade de absorver parte do excedente da mão-de-obra disponível do emergente setor industrial.

No início da década de 70, o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Indústria e Comércio/Departamento de Artesanato e Turismo, esboçou uma política de gestão das ações governamentais voltadas para o setor artesanal cearense. Com a criação da EMCETUR (Empresa Cearense de Turismo), foi elaborado o primeiro plano piloto do artesanato cearense e, um ano depois, iniciado o Programa Integrado do Desenvolvimento Artesanal (PIDART), apoiado pela Secretaria de Planejamento do Estado, Ministério do Trabalho, INCRA e SUDENE. Os programas citados executaram, de forma incipiente, atividades de treinamento, promoção e comercialização do artesanato.

Em 1979, com a criação da FUNSESCE (Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará) pelo então Governador Virgílio Távora, os programas voltados para o segmento artesanal passaram a ser administrados pela Fundação, através do Centro de Desenvolvimento do Artesanato – CEDART. As ações empreendidas foram direcionadas para o incentivo à comercialização dos produtos artesanais cearenses nos mercados interno e externo, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento do Artesanato – PNDA.

Em Agosto de 1981, foi criada a Central de Artesanato do Ceará – CEART, cuja sede foi construída numa área nobre da cidade de Fortaleza, com o objetivo de centralizar, difundir e comercializar os produtos artesanais, priorizando, sobretudo, o mercado turístico.

Em 1997, com a ascensão de Tasso Jereissati ao Governo do Estado, foram extintas a FUNSESCE E PROAFA e criadas a Fundação da Ação Social – FAS e a Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETAS. Coube à FAS a operacionalização do Programa Estadual de Artesanato e do Programa de Desenvolvimento Integrado do Artesanato Cearense (PACE). Este último foi elaborado a partir de uma demanda originada do Programa de Artesanato

Brasileiro - PAB, sendo responsável pela articulação de várias entidades para uma atuação conjunta no segmento em foco.

Ao longo do “Governo das Mudanças”, representado pelas gestões de Tasso Jereissati (1987–1990), Ciro Gomes (1991–1994) e novamente Tasso Jereissati com duas gestões sucessivas (1995-2002), ocorreram diversas reestruturações administrativas, que afetaram as instâncias governamentais responsáveis pelo setor artesanal.

Já na gestão do Governador Lúcio Alcântara (2003–2006), foi criada a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETE), que passou a coordenar o Programa Cearense de Artesanato por meio da coordenadoria do artesanato. O redirecionamento do referido programa propiciou a estruturação de duas grandes áreas de atuação: a produção e a comercialização.

Visando a otimização dos recursos e a conseqüente redução e da pobreza, bem como a realização constante de avaliações dos programas implementados, os entes federativos devem priorizar a articulação entre os poderes públicos e privados, a fim de aferir a eficácia das ações empreendidas. Nesse contexto, o campo empírico selecionado como universo dessa investigação está circunscrito ao município de Aquiraz, alvo da intervenção do Programa Cearense de Artesanato, implantado através da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETE.

O referido Programa objetiva a valorização do artesanato cearense por meio do fortalecimento e apoio ao artesão, preservando a cultura, o talento, a tradição e a arte popular de cada região do Estado. Desta forma, identificam-se como principais ações do Programa Cearense de Artesanato: o cadastramento dos artesãos, a capacitação voltada para o aperfeiçoamento e gestão de negócios, o assessoramento técnico aos grupos produtivos e entidades artesanais e a comercialização dos produtos através das lojas, feiras e eventos de artesanato, divulgando a cultura local e ampliando as vendas.

## 3.2. Tipologias Artesanais

Segundo conceitos básicos destacados no PAB, temos a definição de artesão como o trabalhador que, de forma individual, exerce um ofício manual, transformando a matéria prima bruta ou manufaturada em produto acabado. Tem o domínio técnico sobre materiais, ferramentas e processos de produção artesanal na sua especialidade, criando ou produzindo trabalhos que tenham dimensão cultural, utilizando técnica predominantemente manual, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.

Já o conceito de Artesanato, de acordo com o documento citado, compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios.

Os tipos de artesanato foram definidos conforme a origem, natureza de criação e de produção do artesanato. Expressam os valores decorrentes dos modos de produção, das peculiaridades de quem produz e do que o produto potencialmente representa, determinando os valores históricos e culturais do artesanato no tempo e no espaço onde é produzido. Com isso, são atingidos cinco tipos de artesanato: o artesanato indígena, de reciclagem, o tradicional, de referência cultural e o contemporâneo conceitual.

O artesanato indígena é resultado dos trabalhos produzidos no seio de comunidades e etnias indígenas, onde se identificam o valor de uso, a relação social e cultural da comunidade. Os produtos, em sua maioria, são resultantes de trabalhos coletivos, incorporados ao cotidiano da vida tribal.

O artesanato de reciclagem é resultado dos trabalhos produzidos a partir da utilização de matéria-prima que é reaproveitada, muito valorizado atualmente devido às necessidades de preservação do meio ambiente. A produção do artesanato de reciclagem contribui para a diminuição da extração de recursos naturais, além de desenvolver a conscientização dos cidadãos a respeito do destino de materiais que se destinariam ao lixo.



FIGURA 1 Artesanato Indígena FIGURA 2 Artesanato de reciclagem FIGURA 3 Artesanato tradicional

Já o artesanato tradicional remete ao conjunto de artefatos mais expressivos da cultura de um determinado grupo, representativo de suas tradições e incorporados à vida cotidiana, sendo parte integrante e indissociável dos seus usos e costumes. A produção, geralmente de origem familiar ou comunitária, possibilita e favorece a transferência de conhecimentos de técnicas, processos e desenhos originais. Sua importância e valor cultural decorrem do fato de preservar a memória cultural de uma comunidade, transmitida de geração em geração.

Quanto ao artesanato de referência cultural, sua principal característica é o resgate ou releitura de elementos culturais tradicionais da região onde são produzidos. Os produtos, em geral, são resultantes de uma intervenção planejada com o objetivo de diversificar os produtos, dinamizar a produção, agregar valor e otimizar custos, preservando os traços culturais com o objetivo de adaptá-lo às exigências do mercado e necessidades do comprador. Os produtos são concebidos a partir de estudos de tendências e de demandas de mercado, revelando-se como um dos mais competitivos do artesanato brasileiro e favorecendo a ampliação da atividade.



FIGURA 4 Artesanato de referência cultural FIGURA 5 Artesanato contemporâneo conceitual

Por último, o conceito de artesanato contemporâneo conceitual está associado ao fato de que os objetos podem ser produzidos por pessoas com alguma formação artística, de nível educacional e cultural mais elevado e geralmente ligado a centros urbanos, resultantes de um projeto deliberado de afirmação de um estilo de vida ou afinidade cultural. A inovação é o elemento principal que distingue este artesanato das demais classificações. Nesta classificação existe uma afirmação sobre estilos de vida e valores.

Outra questão importante que consta no documento do PAB é a definição das tipologias artesanais, constituídas por basicamente 14 materiais. A primeira tipologia que podemos destacar é a areia colorida. Técnica de composição de imagens com areia colorida em recipientes transparentes é bastante conhecida no Ceará e consagrada junto ao mercado turístico. Em geral, são usados sedimentos com pigmento natural ou artificial.

A segunda tipologia destacada é a argila, onde pode ser enquadrada toda espécie de objeto produzido com argilas, decorados ou não. A argila é caracterizada pela textura terrosa, de granulação fina e que adquire plasticidade quando umedecida com água, rigidez após secagem, e dureza após a queima em temperaturas elevadas (cerâmica). São formadas essencialmente por silicatos hidratados de alumínio, ferro e magnésio.



FIGURA 6 Areia colorida



FIGURA 7 Argila

A tipologia de alimento e bebida compreende a produção de alimentos reconhecidos em seus Estados como típicos, produzidos em pequena escala, de forma artesanal, que utilizam matéria-prima regional e, preferencialmente, sem adição de essências e corantes artificiais.



FIGURA 8 Alimento e bebida

Na tipologia de cera/massa/gesso/parafina enquadra-se a confecção de objetos a partir de técnicas de modelagem de ceras, massas, gesso e parafina. As ceras são matérias-primas maleáveis produzidas tanto por animais, como extraídas de vegetais.

A tipologia de chifre, osso, dente e casco remete aos artefatos em que predomina a utilização de chifres, cascos, dentes e ossos como matérias-primas desde que não sejam de espécies constantes na lista oficial da fauna brasileira ameaçada de extinção.



FIGURA 9 Cera, massa, gesso, parafina



FIGURA 10 Chifre, osso, dente e casco

Couro, pele, pena e casca de ovo constituem outra tipologia. Compreendem os artigos trabalhados com couro, que é a pele curtida de animais, peles, penas e cascas de ovos, utilizados como materiais para a confecção de diversos artefatos para o uso humano, destacando-se os objetos de uso pessoal, utilitários, artigos para decoração e instrumentos musicais.

Outra tipologia que possui um destaque no país é a fibra vegetal. Fibra é a denominação genérica de qualquer estrutura filamentosa, geralmente sob forma de feixe, encontrada nos vegetais. São matérias-primas moles e flexíveis e que, trançadas, possui diversos usos, principalmente na manufatura de cestarias e móveis.



FIGURA 11 Couro, pele, pena e casca de ovo



FIGURA 12 Fibra vegetal

Apesar dos fios e tecidos serem produzidos a partir de fibras têxteis, eles constituirão uma tipologia específica devido à diversidade de produtos confeccionados e técnicas que os utilizam como material básico. Os fios e tecidos podem ser confeccionados com fibras naturais – extraídas da natureza, livres de transformações químicas, e beneficiadas pelo homem – de origem animal – seda, lã, peles e couro de animais – de origem vegetal – algodão, linho, rami, cânhamo, juta, sisal, paineira, coco, entre outros.

Na tipologia de madeira serão considerados os produtos confeccionados com madeira e seus derivados (MDF, aglomerados e compensados), compreendendo desde móveis e utilitários produzidos na marcenaria, objetos e adornos feitos com madeiras torneadas e outros decorrentes das diversas técnicas existentes para processamento da mesma.



FIGURA 13 Fios e tecidos



FIGURA 14 Madeira



Os materiais sintéticos, encaixados em outra tipologia, surgiram nos anos 1920-30 e são empregados largamente em quase todas as áreas da vida. As diferentes características dos materiais sintéticos são usadas para classificá-los: os deformáveis termicamente são chamados termoplásticos, os resistentes ao calor são chamados termofixos e os materiais elásticos são chamados elastômeros. Sua origem é industrial e, geralmente são materiais de baixo preço, com larga distribuição em todo o território nacional, principalmente nos meios urbanos.



FIGURA 15 Materiais sintéticos

Na tipologia de metal, temos entre os metais mais utilizados na produção artesanal as chapas de ferro galvanizado, folhas de zinco, folha de flandres, alumínio, estanho, bronze, cobre e prata. O metal pode ser utilizado na confecção de peças utilitárias, acessórios, joalheria, instrumentos de trabalho, fundição, cutelaria, instrumentos musicais, utilidades domésticas e decoração. Não serão considerados os objetos confeccionados industrialmente, que sofrerem algum tipo de intervenção denominada “artesanal”, tais como gravações e pinturas.

Outra tipologia destacada é o papel. Apesar do papel ser um emaranhado de fibras vegetais, será considerado como tipologia específica, devido à multiplicidade do seu uso na produção artesanal. Considera-se, nesta tipologia, desde as folhas de papel reciclado e artesanal, bem como os objetos em que predomina o papel como matéria-prima, sejam papéis artesanais ou industrializados, em técnicas de colagem, dobraduras e modelagem de papel machê. Entre os produtos destacamos papéis de carta, marcadores de livros, porta-retratos, porta-lápis, capas de caderno, cartões diversos, envelopes, papel e embalagens de presentes, entre outras possibilidades.

Na tipologia pedra, enquadra-se todo objeto resultante de intervenções artesanais utilizando os mais diversos tipos de pedras existentes no Ceará.



FIGURA 16 Metal



FIGURA 17 Papel



FIGURA 18 Pedra

A tipologia semente, casca, raiz, flor e folha considera os produtos confeccionados com produtos florestais não-madeireiros: sementes, cascas, raízes, flores e folhas secas.

A última tipologia destacada pelo PAB é o vidro. O vidro é uma substância obtida através do resfriamento de uma massa líquida a base de sílica. Em sua forma pura, vidro é um óxido metálico superresfriado transparente e de elevada dureza. Sua manipulação só é possível enquanto fundido (a 1550° C), quente e maleável.



FIGURA 19 Semente, casca, raiz, flor e folha

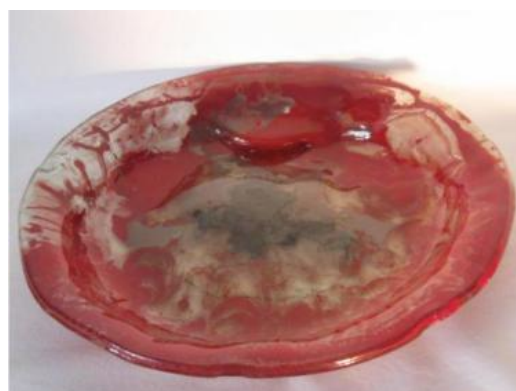


FIGURA 20 Vidro

Diante de todas as tipologias expostas, é destacada nesse trabalho a renda de bilro, enquadrada na tipologia fios e tecidos pelo PAB. Considerando a representatividade no município selecionado, a renda de bilro representou o recorte mais adequado ao objetivo da pesquisa, conforme detalhado mais adiante.

### **3.3. O Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato e o Município de Aquiraz**

O Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Estado do Ceará, como forma de proporcionar a melhoria dos serviços prestados aos artesãos, está reformulando o setor de cadastro, assim como redefinindo as tipologias artesanais de acordo com o conceito adotado pelo Programa de Artesanato Brasileiro – PAB. O PAB, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, conforme Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995, representado nas 27 Unidades da Federação por meio das Coordenações Estaduais do Artesanato, tem como missão estabelecer ações conjuntas no sentido de enfrentar os desafios e potencializar as oportunidades existentes para o desenvolvimento do Setor Artesanal, gerando oportunidades de trabalho e renda, bem como estimular o aproveitamento das vocações regionais, levando à preservação das culturas locais, por meio da preparação das organizações de seus artesãos para o mercado competitivo.

A atividade de cadastramento reveste-se de grande importância, tanto para o artesão quanto para entidades que trabalham em prol do desenvolvimento do artesanato. A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, através do Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Estado do Ceará e do convênio com a Secretaria da Fazenda, permite a isenção do ICMS quando da venda da produção do artesão e propicia sua identidade como profissional produtor.

Para o cumprimento de tal objetivo, a ação de cadastrar artesãos requer a adoção de critérios que possam garantir confiabilidade nas informações produzidas no banco de dados do cadastro. Nessa perspectiva, a Coordenadoria do Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária elaborou este documento como forma de normatizar a ação do cadastramento dos artesãos e credenciamento das entidades artesanais a nível estadual e nacional de acordo com a base conceitual do PAB.

De acordo com os documentos do PAB, temos algumas considerações gerais sobre a atividade artesanal que devem ser destacadas, como o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB, desenvolvido pelo Programa do Artesanato Brasileiro/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - PAB/MDIC e que tem o objetivo de captar dados sobre o setor artesanal. O Sistema viabilizará o cadastro nacional integrado dos artesãos que facilitará a busca de informações, permitirá a geração de relatórios consolidados com

identificadores padronizados. Os conceitos, bem como as informações geradas pelo SICAB, servirão para definir políticas públicas e o planejamento de ações de fomento para o setor. Quanto ao cadastro estadual de artesãos e entidades artesanais são consideradas as seguintes características do artesanato:

- É uma atividade, que exige criatividade e habilidade pessoal;
- A matéria prima utilizada na produção pode ser natural, semi-elaborada ou constituída de produtos e ou sobras industriais;
- No processo de produção, poderão ser utilizadas ferramentas manuais e/ou elétricas (exceto industrial) na execução dos serviços artesanais;
- A atividade artesanal deve ser desenvolvida em ambientes domésticos, pequenas oficinas, grupos de produção e Entidades Associativas. (PAB, 2005)

O objetivo maior da política para o ecodesenvolvimento do artesanato, no discurso oficial dos dois programas é incentivar a produção e comercialização do artesanato por meio da Central de Artesanato do Ceará/CEART. Na produção, estão a identificação e o cadastro dos artesãos, capacitação voltada para o aperfeiçoamento, iniciação e gestão de negócios e o assessoramento técnico aos grupos e entidades artesanais. Quanto a comercialização a atividade principal é o gerenciamento das lojas e promoção e participação em feiras e eventos locais, nacionais e internacionais na perspectiva de divulgar a cultura e ampliação da renda dos artesãos.

### **O Município de Aquiraz**

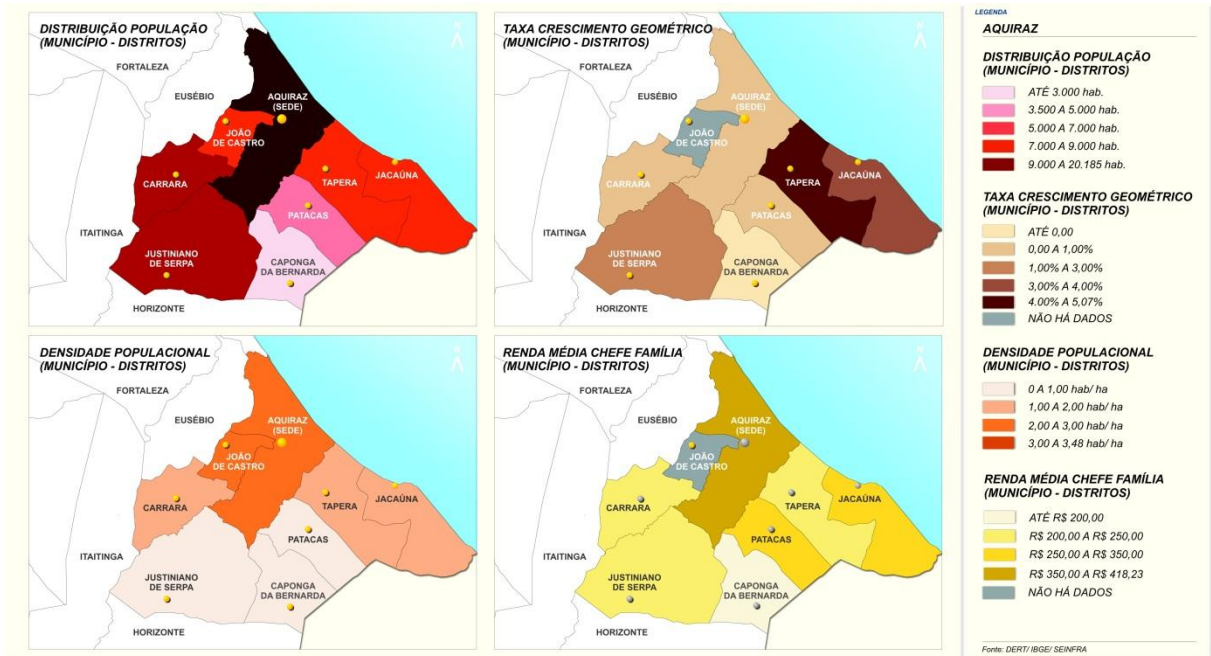
O município de Aquiraz, constituído em 1699, compõe a macrorregião metropolitana de Fortaleza, com uma população estimada de 72.628 pessoas residentes, sendo, deste total, 67.083 pessoas de população residente urbana e 5.545 pessoas de população residente rural. O município possui um grande apelo turístico e um histórico relacionado ao artesanato bastante relevante (IBGE, 2010).

Na região, pode ser encontrada a tipologia “renda de bilros”, também conhecida como renda da terra, cuja confecção é realizada com almofadão recheado, com palha de bananeira, papelão furado e desenhado, bilros, linhas e espinhos de mandacaru. Belíssimas toalhas, panos de bandeja e colchas são feitos com renda e esses produtos têm uma aceitação muito grande no mercado turístico.

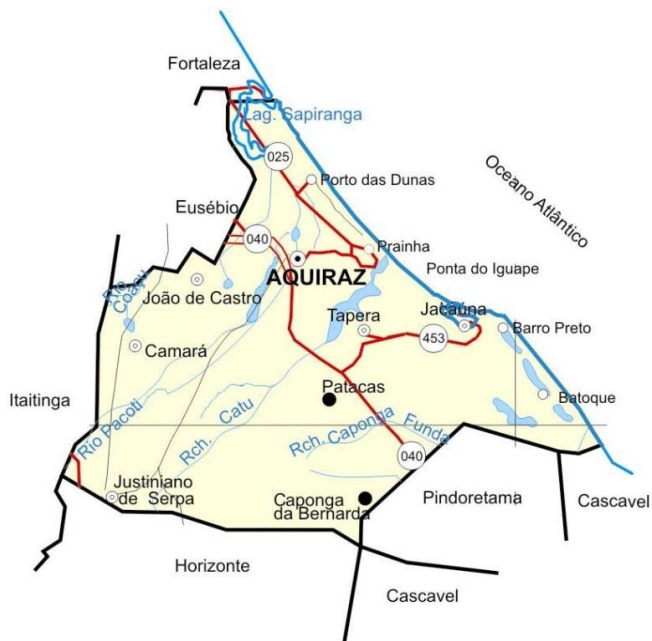
O turismo associado ao artesanato torna o município de Aquiraz bastante atrativo para quem visita o Estado do Ceará. Os produtos artesanais são comercializados em pontos estratégicos, gerando renda para a população. Portanto, a proximidade de Fortaleza, as riquezas naturais, a

qualidade do artesanato e o elevado número de mulheres trabalhando com a renda de bilro, constituem um grande potencial e o diferencial que justifica a seleção do município de Aquiraz para a pesquisa em questão.

MAPA 1 – Município de Aquiraz



MAPA 2 – Município de Aquiraz e as localidades da Prainha e Iguape (sede das associações)



## 4. SUBSÍDIOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

### 4.1. Concepção, Abrangência e Instrumentos

Para melhor compreender e avaliar as políticas públicas para o artesanato no Estado do Ceará se faz necessária uma análise dos planos de governo nos períodos de 2003/2006 (Gov. Lúcio Alcântara) e 2007/2010 (Gov. Cid Gomes), períodos que compõem o recorte temporal do estudo em questão. Ressalta-se que os programas e projetos de artesanato são desenhados e desenvolvidos a partir desses planos.

A apresentação do Plano de Governo, Movimento Ceará Cidadania, do governador Lúcio Alcântara-2003/2006, consistiu na “consolidação dos compromissos de campanha a partir das propostas, discussões e contribuição dos diversos setores governamentais, concretizando uma alta representatividade de idéias e o firme compromisso social dos participantes”.

A síntese do objetivo do plano destaca que o *Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social* “expressa as expectativas em torno de transformações em todos os níveis, contemplando a dinamização dos diversos setores da economia, promovendo também a inclusão social como efetivação da justiça social para todos os cearenses”.

A proposta do atual Plano também contempla o compromisso de inauguração de um novo ciclo de desenvolvimento pautado na participação social e interação com a sociedade por meio da valorização e incentivo aos espaços de diálogos como premissas para consolidação do Ceará cada vez Melhor.

O Estado ainda precisa contornar grandes desafios. O maior deles, certamente, é atuar para corrigir as desigualdades sociais e prover as necessidades fundamentais dos grupos mais atingidos pelas desvantagens econômico-sociais. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2003)

A partir desse contexto, o documento fundamenta-se numa ação integrada que parte da percepção da situação socioeconômica atual e das transformações recentes pelas quais passa o Estado. O Plano, em sua estrutura, no tópico inicial “Identidade do plano” apresenta a visão de futuro do Estado que se pretende e os principais fundamentos que norteiam o documento. O quarto e último tópico detalha os quatro Eixos de Articulação do plano, os quais estão apresentados da seguinte forma:

**EIXO 1 – CEARÁ EMPREENDEDOR** - consiste em ampliar as oportunidades de emprego e renda com o foco na competitividade e no território, envolvendo um amplo escopo de ações que induzirá o crescimento econômico por meio de fortalecimento das micro e pequenas empresas, atração de investimentos implementação de uma política agrícola focada no agronegócio, e na irrigação e na agricultura familiar, e promoção da competitividade do comércio cearense;

**EIXO 2 – CEARÁ VIDA MELHOR** – possui todo um escopo de proposta para avanço na melhoria da qualidade de vida da população, buscando a elevação do padrão dos serviços sociais básicos como educação, saúde, qualificação profissional, assistência social, segurança, justiça, cultura, esportes e lazer, saneamento básico, habilitação, proteção e preservação do meio ambiente;

**EIXO 3 – CEARÁ INTEGRAÇÃO** – o foco é na promoção do desenvolvimento local e regional, representando uma alternativa para dinamizar a economia do Estado. Com isso desconcentra o processo de urbanização, minimiza as disparidades entre as áreas não-metropolitanas, e privilegia a criação de oportunidades de trabalho e renda de forma mais equilibrada;

**EIXO 4 – CEARÁ – ESTADO A SERVIÇOS DO CIDADÃO** - traduz-se no reconhecimento de uma nova institucionalidade, na medida em que continuará buscando formas de melhor se adequar para a prestação de serviços ao cidadão. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2003)

O plano apresentado tem como objetivo geral reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover a inclusão social – Gestão 2003/2006. Para isso, será efetivada a busca pelo equilíbrio entre crescimento econômico e equidade social.

Embora sejam significativos os avanços sociais alcançados, um grande desafio se impõe à atual gestão: a redução da pobreza e da desigualdade, implicando no rompimento de um ciclo vicioso caracterizado por uma estrutura desigual de educação, de trabalho, de poder, de cultura e de vulnerabilidade que afeta a população do Estado. Ao mesmo tempo, é necessário superar desafios externos, como o de honrar compromissos como a estabilidade macroeconômica do País e inserir-se num contexto de reestruturação produtiva mundial, sem deixar de definir alternativas, simultaneamente e de forma prioritária, para os segmentos excluídos do mercado e dos novos padrões de vida alcançados com avanço tecnológico. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2003)

Em síntese, o documento do Plano está orientado para a seguinte visão de futuro: O Ceará é um Estado moderno que está consolidando seu desenvolvimento de forma sustentável, com distribuição de renda, inclusão e justiça social, atendendo às demandas locais e regionais, para a geração de emprego e renda nos municípios.

Nos programas apresentados, está inserido o programa de artesanato com uma nova perspectiva que amplia o atendimento para outras atividades familiares:

**Programa de Intermediação de Mão-de-obra** – tem por objetivo diminuir as taxas de desemprego mediante a colocação de trabalhadores no mercado de trabalho (formal e informal). Como parte integrante do Sistema Público de Emprego, o processo de intermediação para o mercado formal abrange as ações de captação de

vagas, análise do perfil da oferta e demanda de mão-de-obra, colocação no mercado de trabalho e encaminhamento para capacitação e/ou requalificação profissional. Quanto ao mercado informal, a principal ação de intermediação será via ampliação e fortalecimento do Centro do Trabalhador Autônomo voltado para a prestação de serviços junto a residências e empresas. Nesse sentido, serão implantadas Unidades de Atendimento em outros bairros de Fortaleza e em municípios do interior;

**Programa Portas Abertas** – visa contribuir para a geração de emprego e renda de jovens de 16 a 24 anos por meio dos Projetos Primeiro Emprego, Primeiro Estágio e Primeiro Negócio, e reinserção de trabalhadores com idade de 40 anos via ações de educação profissional, de intermediação de mão-de-obra, de requalificação de realização de microcrédito, de assistência técnica, com vistas à sustentabilidade dos empreendimentos implantados.

**Programa de Inclusão de Segmentos Especiais** – objetiva inserir no mercado de trabalho e no empreendedorismo portadores de necessidades especiais, índios e negros, em particular as mulheres. Nesse sentido, merece destaque o Projeto Multiespecial, visando estruturar a Rede Multifuncional de Educação e Qualificação Profissional para Pessoas Portadoras de Deficiência, contemplando ações de capacitação, microcrédito, intermediação de mão-de-obra, desportos, cultura e lazer;

**Programa Artesanato e Produção Familiar** – objetiva promover o desenvolvimento do artesanato cearense e a produção familiar, visando geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos produtores. Com o intuito de fortalecer as diversas cadeias produtivas artesanais, promover a imagem dos produtos e dos produtores do artesanato cearense e divulgar a cultura do Estado, surgiu o Projeto Sexta do Empreendedor, com a realização semanal de exposições e feiras artesanais;

**Programa de Promoção à Exportação** – visa promover ações de comercialização de produtos de microempresas e empresas de pequeno porte, de cooperativas, grupos de produção de artesanato, valorizando também a economia solidária, em nível nacional e internacional. Vinculadas a este Programa estão as seguintes ações: promover e apoiar feiras e eventos de negócios, desenvolver sistema de certificação para produção e comercialização e promover os produtos do artesanato do Ceará, inclusive via exportação.

Portanto, o artesanato nesse período sofreu um aumento significativo no número de artesãos cadastrados, artesãos capacitados e na quantidade de peças comercializadas através da CEART.

O Plano de Governo Cid Gomes, no período de 2007/2010, sintetiza a evolução do esforço de planejamento da atual gestão, iniciado desde a campanha eleitoral com o trabalho “Diretrizes para o Plano de Governo”, passando pela definição dos resultados estratégicos de governo, objetivos setoriais por ocasião da elaboração do “Plano Plurianual 2008-2011” e dos projetos estratégicos no sistema de “Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários” – MAPP.

O Governo fundamentou-se em princípios que asseguram o alcance do seu objetivo-síntese de promover o desenvolvimento econômico com justiça e solidariedade. Tais princípios traduzem o objetivo de realizar uma gestão comprometida com uma visão de futuro do



Estado, com os resultados de Governo, com os territórios estaduais, com a democracia representativa e participativa, compartilhando responsabilidades na implementação e financiamento das ações.

O Plano de Governo ora proposto, a despeito do seu limite temporal de 4 anos, está referenciado em uma visão de futuro de longo prazo do desenvolvimento do Ceará. Todos os esforços realizados até hoje pelos vários governos no Ceará, na busca de um Estado mais desenvolvido econômica e socialmente, não foram suficientes para alterar uma realidade preocupante: o Ceará permanece como um Estado pobre e com grande disparidade na distribuição das riquezas, com problemas conjunturais e estruturais, necessitando viabilizar alternativas para o seu crescimento econômico com inclusão social.

A constatação dessa realidade veio a confirmar a convicção dos que estão à frente do atual Governo do Ceará de que, para gerar mudanças reais e efetivas, haveria a necessidade de envolver toda a sociedade em um trabalho de planejar o desenvolvimento do Estado, com uma visão de longo prazo e um horizonte mais amplo que somente um mandato de governo. Com esse reconhecimento, o governo promoveu a realização do “Fórum Ceará – Ideias para um futuro melhor”, que debateu ideias e proposições em torno de uma visão de futuro para o Ceará, com a participação e o compromisso das principais lideranças dos setores público, privado e da sociedade organizada, de todas as regiões do Estado.

A política de governo para o período 2007-2010 orientava-se por três grandes eixos, que emergiram do trabalho de campanha realizado com a participação de segmentos representantes da sociedade cearense nas regiões estaduais. São três amplas diretrizes estratégicas que orientam uma gestão voltada para resultados: Economia para uma Vida Melhor; Sociedade Justa e Solidária; Gestão Ética, Eficiente e Participativa, conforme detalhados abaixo, de acordo com o exposto nos documentos do Governo:

- **Economia para uma Vida Melhor**

O Eixo voltado a desenvolver a economia para uma vida melhor exige a superação do grande desafio de conjugar estratégias de crescimento econômico com uma gestão ambiental, que garanta sustentabilidade ao processo de desenvolvimento, com organização do território e inclusão social. Significa promover o desenvolvimento com inclusão produtiva da população, expandindo o emprego e a renda e reduzindo as disparidades regionais.

“Economia para uma Vida Melhor” no Estado busca o crescimento econômico, ancorado no avanço do setor industrial, na promoção do turismo sustentável, na modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. O avanço proposto para a economia exige inovações que a área da Educação Superior, Ciência e Tecnologia irá priorizar. Ao mesmo tempo, esse avanço requererá investimentos em infraestrutura de transporte, comunicação e hídrica, bem como o fortalecimento do setor energético. Tais estratégias, somadas à promoção do desenvolvimento urbano a partir de uma visão regional, são determinantes para o ordenamento territorial com redução dos desequilíbrios de renda e riqueza entre as regiões.

As políticas foram propostas objetivando complementar a infraestrutura já existente, atrair investimentos privados, inclusive para o interior do Estado, bem como capacitar recursos humanos e apoiar o segmento de micro e pequenas empresas no Estado.

A nova política de incentivos fiscais do Estado foi redirecionada para interiorizar o crescimento econômico e a geração de emprego. Promover a coesão dos territórios rurais com o fortalecimento da agricultura familiar, priorizando ações conjuntas de redução da vulnerabilidade às secas e de extensão rural que resultem na adoção de inovações tecnológicas, segurança alimentar e formação de capital social é a política para o avanço sustentável do meio rural, com inclusão social da população dele dependente.

Para fortalecer o setor do Turismo, o Governo priorizou os investimentos na infraestrutura viária e equipamentos de apoio ao turismo de eventos e de negócio, como também desenvolveu ações articuladas com as áreas do meio ambiente e da cultura para valorização do patrimônio natural e cultural. A construção do Centro de Feiras e Eventos representará um marco na política estadual do Turismo e deverá conferir destaque ao Ceará no país, como ainda, ampliará sua competitividade em nível internacional.

Considerando o projeto do Governo para os setores econômicos, o grande desafio que se impõe é promover o desenvolvimento sustentável, harmonizando o crescimento econômico, com a desconcentração regional e o respeito ao meio ambiente.

Objetivando promover a inovação no Estado, o governo apoiará o desenvolvimento científico e tecnológico e voltará a Educação Superior às potencialidades e aptidões das regiões estaduais, como base ao desenvolvimento integrado e sustentável do Ceará.

Para prover a infraestrutura de suporte ao desenvolvimento, o governo estadual estabeleceu universalizar a oferta de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais e estimular a oferta de

energia de fontes renováveis, em especial a energia eólica e o biodiesel. O crescimento do Estado depende do fortalecimento da infraestrutura logística, compreendendo a ampliação do Porto do Pecém, da malha rodoviária, do sistema metroviário e da rede de aeroportos regionais. Nesse sentido, o Governo do Estado adotou a iniciativa de encaminhar projetos de financiamento a organismos nacionais e internacionais, bem como alocou recursos no PPA para complementação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal no Estado.

Integra ainda a estratégia de desenvolvimento econômico do Estado o fortalecimento de arranjos produtivos locais, os quais oferecem potencial competitivo ao mesmo tempo em que são capazes de articular médias e pequenas empresas com impacto significativo na geração de emprego nas regiões estaduais.

Em especial no Ceará, são importantes, tanto para o crescimento econômico quanto para a melhoria da qualidade de vida, a expansão da infraestrutura hídrica e a integração das bacias hidrográficas, como diretrizes para assegurar de forma permanente a oferta de água. Por isso, a conclusão do eixo da integração (barragem do Castanhão/sistema de Fortaleza) e a transposição do rio São Francisco são imprescindíveis na estratégia de desenvolvimento do Estado.

A visão de interiorização do desenvolvimento no Estado passa necessariamente pelo fortalecimento das aptidões regionais, com uma estruturação mais equilibrada da rede urbana. Nessa política de assegurar o desenvolvimento regional e urbano do Estado, a expansão da oferta de saneamento básico, inclusive nos pequenos e médios centros urbanos será prioridade. Por sua vez, a melhoria das condições de habitabilidade para as populações de baixa renda integra-se às estratégias de redução da exclusão social.

- **Sociedade Justa e Solidária**

A premissa de fazer mais e melhor para todos levou à definição do grande eixo da política de governo “Sociedade Justa e Solidária”. O forte pilar dessa construção é a educação, em especial a educação básica de qualidade. O elemento inovador dessa estratégia será trabalhar a educação de forma compartilhada com os municípios, tendo como foco os resultados de aprendizagem na idade certa, como base para o novo projeto de desenvolvimento do Estado. O desafio da educação superior e profissionalizante é conectar jovens e adultos com o mercado de trabalho, ampliando capacidades e gerando conhecimento para promover as

potencialidades de cada uma das regiões estaduais. O Governo está ciente de que é na educação que o Ceará baseará seu projeto de mudança.

Em igual nível de prioridade, assegurar a saúde como direito de todos exigirá do governo estadual promover a melhoria da capacidade de gestão do setor para garantir um sistema de saúde humanizado, nos três níveis da assistência. Dessa forma, adota-se como diretriz consolidar as conquistas já alcançadas de garantia da promoção e prevenção da saúde na atenção primária e assegurar resolutividade nos níveis da atenção secundária e terciária, avançando na interiorização nesses dois níveis de atenção.

A estratégia para enfrentar a criminalidade e a violência e melhorar o sentimento de segurança e tranquilidade dos cearenses exige do Governo investimentos em serviços de inteligência e articulação com as redes de segurança nacional e estaduais. Ademais, para garantir a qualidade dos serviços de proteção e defesa do cidadão, terá destaque o reforço do policiamento ostensivo com medidas de aumento do efetivo policial e a modernização dos equipamentos. Entretanto, a política de segurança pública não poderá prescindir do papel da comunidade nesse processo e, portanto, atuará com o apoio dos conselhos comunitários de segurança pública e defesa social.

Garantir à sociedade segurança e justiça requer também a melhoria da gestão do sistema penitenciário, bem como a ressocialização, a capacitação profissional de presos e egressos do sistema penal. O governo fortalecerá as ações para o exercício da cidadania e assegurará o respeito aos direitos humanos. O resultado perseguido por esta gestão, de assegurar ao cidadão direitos de defesa e acesso à justiça, terá como grande meta ampliar a assistência jurídica integral e gratuita com a ampliação do número de defensores públicos em todo Estado.

Considerando o elevado índice de pobreza no Ceará, a área de Assistência Social terá como principal desafio implantar a política estadual com base no apoio à universalização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no Estado. Na área da Proteção Social Básica, além da prioridade de melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes, com base na família, terá ênfase a integração de ações de atenção à Juventude, à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência. Nesse sentido, foram construídos programas multissetoriais, com vistas a facilitar a integração proposta e dar maior visibilidade às ações de governo para esses segmentos.

Visando romper com o modelo de política que perpetua a pobreza, outro foco da ação social será a inclusão produtiva e social de população carente, conjugando políticas de assistência com geração de oportunidades para a inserção no mercado de trabalho, redes de economia solidária e empreendedorismo.

Na área da cultura, o governo visa avançar na democratização do conhecimento e na valorização da identidade cultural das regiões cearenses. Para alcançar esses objetivos, as principais ações estarão voltadas ao incentivo aos talentos artísticos e culturais, à valorização e preservação da memória cultural do Estado e ao estímulo à leitura como movimentos de transformação da sociedade cearense. Para efetivação da política proposta, o Governo buscará potencializar os recursos legais de incentivo à cultura, articulando-se com o setor privado para assegurar o financiamento da produção e a socialização de bens culturais.

A promoção do Esporte, por sua vez, será conduzida na perspectiva do desenvolvimento humano e da formação integral das pessoas. É nesse contexto que a política para o setor terá, como fim último, ser indutora da inserção social e da geração de oportunidades de vida para os cearenses.

No que tange à realização das políticas integrantes do eixo Sociedade Justa e Solidária, será decisiva a integração com as políticas nacionais o aporte dos recursos de transferência do Governo Federal e a cooperação com os municípios cearenses.

- **Gestão Ética, Eficiente e Participativa**

Realizar uma gestão que obtenha a aprovação do cidadão cearense requer, antes de tudo, um governo pautado na ética. Para atender a essa premissa, o Governo tem como proposta básica a elaboração de um Código de Ética para o Serviço Público e a constituição de Comitês de Ética no âmbito da administração estadual.

Esse compromisso levou à adoção de instrumentos que possam conferir transparência às ações de Governo, seja no relacionamento com os meios de comunicação, no diálogo com representações da sociedade, ou nas relações com os poderes constituídos. Estabelecer uma relação governo/sociedade, aperfeiçoando o processo democrático, passa a exigir novos espaços de participação e negociação para uma sintonia entre o projeto de Governo e as prioridades eleitas pela sociedade.

Cumprir a importância concedida à participação na formulação e controle das políticas públicas. O principal desafio que ora se coloca é a conexão das propostas advindas das instâncias de participação e conselhos setoriais e/ou temáticos, a exemplo das Conferências da Criança e Adolescente, Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Constituinte Cultural, Conferência das Cidades, entre outros, com as prioridades do desenvolvimento das regiões colhidas nas oficinas regionais para realização do Plano Plurianual e de Governo.

Ainda com o objetivo de manter a transparência, a ausculta à população será facilitada com o canal de acesso ao Governo por meio da Secretaria da Controladoria e Ouvidoria do Estado e dos ouvidores das demais secretarias. O Governo compromete-se ainda com uma comunicação social com qualidade, voltada para esclarecer o cidadão. A política de gestão potencializará a utilização da Internet como instrumento de divulgação das ações e prestação das contas do Governo e como espaço de interação entre as secretarias e seu público-alvo.

Para cumprir o ciclo que envolve planejamento, monitoramento, avaliação e retroalimentação das ações planejadas, é fundamental a adoção do modelo de Gestão por Resultados – GPR e devidamente implementado.

A modernização da gestão, compreendendo o redesenho de processos, informatização dos serviços, integração de sistemas exigirão investimentos elevados em tecnologia da informação e telecomunicações, a exemplo de rede de banda larga, que dará cobertura a todos os municípios cearenses.

Uma nova relação entre o Estado e o servidor público está sendo implementada com a Mesa Estadual de Negociação Permanente, além de ações programadas de capacitação de servidores em várias áreas do serviço público, inclusive no campo dos novos paradigmas da gestão pública.

O Governo deverá modernizar a máquina de arrecadação, visando aperfeiçoar o controle do cumprimento das obrigações tributárias por parte do contribuinte, com investimentos estratégicos na área de tecnologia, aplicação de novas técnicas e metodologias de arrecadação e fiscalização, objetivando o aumento da receita tributária. Espera-se inclusive, desonerar o setor privado, considerando o aumento e diversificação da base de arrecadação.

Por fim, a racionalização e controle da qualidade dos gastos, seja na área do custeio da máquina ou na realização das despesas finalísticas, serão perseguidos com vistas a elevar a capacidade de investimentos e ampliar resultados de governo para a população.

Associado aos eixos expostos e correlacionando-se, ainda, com os programas nacionais, foi elaborada uma coletânea pela Ceart denominada “Trabalho artesanal cearense: aspectos da cultura, política e economia”. No segmento “Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar” destaca-se o objetivo estratégico de

Melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes, ampliando e fortalecendo as ações de governo voltadas para a inclusão, promoção e proteção social, com base na família, por meio do apoio à implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em todo Estado, conjugando com políticas de inserção produtiva e de garantia de produção, comercialização e consumo de alimentos de qualidade e de baixo custo às famílias de baixa renda. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2007)

Associado a esse objetivo, os programas prioritários abordavam: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará - PROARES - Fase II, Segurança Alimentar e Nutricional, Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato, Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência, Programa de Atendimento à Pessoa Idosa.

Esses programas tinham como foco resultados estratégicos setoriais, tais como:

- Famílias com renda ampliada e acesso à Assistência Social;
- Crianças, adolescentes e pessoas em situação de risco com direitos sociais garantidos;
- Número de crianças, adolescentes e jovens com oportunidade de inserção social;
- População de baixa renda beneficiada com Assistência Alimentar e Nutricional;
- Empreendimentos econômico-solidários apoiados;
- Artesãos apoiados;
- Arranjos Produtivos Locais - APLs apoiados (número de empreendimentos, ocupação e produção por cada APL);
- Instituições de Microfinanças - IMFs apoiadas;
- Trabalhadores cadastrados para o mercado de trabalho;
- Trabalhadores desempregados inseridos pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR;
- Aumento do número de trabalhadores qualificados;
- Aumento do número de jovens colocados no mercado de trabalho;

De acordo com informações constantes na coletânea desenvolvida pela Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo- SETE, o Ceará sempre se destacou como um dos grandes produtores de

artesanato do País. Um estudo realizado pela FLACSO em 1996 estimava a existência, naquele ano, de até um milhão de artesãos em todo território cearense. A importância da atividade artesanal é reconhecida por seu significado como forma de expressão cultural e por sua inserção no sistema econômico como fonte de renda de expressiva parcela das populações rural e urbana.

Conforme contextualiza Porto Alegre (1985:5), o trabalho artesanal cearense está estrutural e historicamente integrado à região e às próprias condições econômico-sociais, no contexto nacional, que influenciam desde os elementos estéticos e de criação da obra até a comercialização e consumo. Portanto, a questão do artesanato não pode ser observada de forma marginal e isolada, mas como fenômeno histórico, cultural e socioeconômico integrado e dependente da sociedade como um todo. Assim, torna-se necessário reconstruir historicamente as origens desta categoria e as transformações pelos quais ela passou no cenário cearense.

Historiograficamente aponta que a formação do artesão cearense já fora fortemente influenciada pelo sistema corporativo implantado durante o período colonial. Em seus colégios e missões, os padres jesuítas exerciam um domínio sobre a mão-de-obra local mediante o repasse das “artes e ofícios” de origem, portuguesa (LEITE, 1945; PORTO ALEGRE, 1987). Foi somente no século XIX, porém, com o fim do regime corporativo, que se teve notícias do crescimento de uma produção artesanal doméstica local no Ceará.

Desenvolveu-se, ao longo do daquele século, uma estrutura fundiária baseada no complexo algodoeiro-pecuário, que dá origem a uma produção artesanal destinada a tender, a princípio, as necessidades do grupo familiar, de forma semelhante à agricultura de subsistência. Utilizando processos e equipamentos rudimentares, essa produção doméstica vai expandir-se incorporada à estrutura de propriedade rural, com função complementar à produção agrária e pecuária, às quais estava intimamente vinculada.

Diferentemente do sistema de produção açucareiro desenvolvido em outras regiões do Nordeste, contudo, o complexo algodoeiro-pecuário, ocorrido no Ceará tinha limitada capacidade de importação de bens de consumo. A fragilidade da economia e a baixa renda monetária impunham limites ao consumo de produtos importados. Desta forma, as manufaturas fabricadas localmente encontravam aí melhores condições de expansão.

No século XIX, a demanda do mercado manufatureiro inglês produziu impactos significativos na estrutura produtiva do Ceará. A produção do algodão em larga escala, destinada à



exportação de fibras, favoreceu a constituição de uma renda monetária e o desenvolvimento do comércio e dos núcleos urbanos. Uma gama de “relações de parceria” reproduziu-se por um mecanismo coercitivo de produção, parentesco e poder (PORTO ALEGRE, 1985). Assim, o latifúndio expandiu-se juntamente com pequenas propriedades familiares de parceiros e rendeiros, que também produziam alimentos e artesanato de subsistência. Quando havia excedentes, a troca de alimentos e produtos, como tecidos, solas de couro, louça, utensílios, ferramentas, dentre outros, era efetivada nas feiras locais e regionais.

As manufaturas de algodão, dada a expansão da produção algodoeira local, representavam uma categoria importante no contexto da indústria doméstica rural, embora, como as atividades, se produzissem de forma completamente à estrutura dominante. O trabalho de fiandeiras, tecelãs costureiras, rendeiras e labirinteiras revelava o predomínio da mão-de-obra feminino nessa manufatura.

Combinado ou alternado como as tarefas agrícolas ou o pequeno comércio ambulante, o trabalho artesanal mantinha-se e crescia, representando a alternativa de trabalho e sobrevivência viável para camadas expressivas da população rural.

Dada a expansão descentralizada e dispersa pelo interior e litoral da província, é possível supor que, por essa época, já se havia formado também o grupo social de pequenos comerciantes, intermediários entre os artesãos do campo e os mercados urbanos. Esta comercialização incipiente do excedente artesanal não eliminava o caráter de subsistência dessa produção. Conjugavam-se duas alternativas – produção para autoconsumo e venda do excedente – de forma semelhante ao que ocorria com a cultura de gêneros alimentícios.

Em meados do século XX, a produção de algodão, abalada pela crise das oscilações de preço do mercado externo e por prolongados períodos de seca, provocou um “excedente populacional” que migrou para as regiões Norte e Sudeste. A estrutura fundiária cearense não permitia a acumulação de capital por partes dos trabalhadores rurais, esta “migração”, ou, porque não dizer “expulsão”, foi não só desejada como incentivada pelos interesses das oligarquias agrárias.

A consequência desse processo foi o empobrecimento geral da economia cearense, consolidando uma estrutura fundiária de minifúndio improdutivo e latifúndio ocioso. É viável supor que o trabalho artesanal cada vez mais se fortaleceu como meio de sobrevivência das camadas pobres e destruídas, mantendo a vinculação entre os que migravam e os que ficavam, mediante a comercialização das peças produzidas no Ceará. Pode-se dizer que a migração

exerceu importante papel na abertura de mercado para os produtos artesanais, não só do ponto de vista estritamente econômico como também cultural. Posteriormente, o mercado de bens artesanais irá assumir tendencialmente, as características do mercado globalizado.

A partir de 1950, os programas implantados pelo BNB e SUDENE enfatizam a importância da atividade artesanal no Estado. Em meio à revitalização da indústria têxtil no Ceará, o trabalho artesanal aparece, nos anos 1960, como uma estratégia de manutenção e criação de empregos, com capacidade de absorver parte do excedente da mão-de-obra disponível do emergente setor industrial.

Assim, mesmo com o crescimento industrial, o trabalho artesanal cearense subsistiu e até cresceu, desempenhando funções significativas para sua manutenção, haja vista o exército de ‘mão-de-obra indesejada’ absorvida pelo setor. Outro fator importante a ser considerado é que, do ponto de vista da produção, o trabalho artesanal é caracterizado pela integração entre a atividade manual e intelectual. Diferentemente do princípio da divisão social do trabalho e da especialização industrial, ele fortalece a própria constituição da memória coletiva, da identidade social e do sentido de permanência do grupo. O trabalho artesanal cearense se consolida, portanto, por sua inserção no sistema econômico e como forma de expressão cultural da população que depende dele.

Nos anos 1970, a Secretaria de Indústria e Comércio, por meio do Departamento de Artesanato e Turismo, foi o órgão responsável pela gestão das ações governamentais voltadas ao setor artesanal cearense. A EMCETUR (Empresa Cearense de Turismo) elaborou o plano piloto do artesanato cearense e, um ano depois, deu início ao Programa Integrado do Desenvolvimento Artesanal (PIDART), apoiado pela Secretaria do Planejamento do Estado, Ministério do Trabalho, INCRA e SUDENE. Referidos programas atuaram de forma incipiente em atividades de treinamentos, promoção e comercialização do artesanato.

No final da década, as diretrizes do PNDA foram introduzidas no Estado por intermédio da FENSESCE (Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará), criada em 1979, pelo então governador Virgílio Távora e administrada pela primeira dama do Estado Luíza Távora.

A figura emblemática da primeira dama do Estado, Luíza Távora, também imprime um caráter “matriarcal” (mãe dos artesãos) às políticas públicas voltadas ao artesanato cearense, as quais assumem um papel assistencialista nos projetos voltados para o setor.

Por outro lado, mesmo com as especificações da política local, não se pode subestimar os impactos produzidos pelo PNDA. Referido Programa atuou sistematicamente na organização do trabalho artesanal cearense.

Ainda em 1979, por iniciativa da FUNSESCE, é criado o CEDART (Centro de Desenvolvimento do Artesanato), com o objetivo geral de “induzir à produção, incentivar a comercialização e promover a exportação dos produtos artesanais cearenses”.

Quanto aos centros artesanais, destaca-se a criação da CEART (Central de Artesanato do Ceará), em agosto de 1981, cuja sede foi construída no espaço do famoso “Castelo do Palácio”, uma edificação do início do século XX, com linhas arquitetônicas do gênero italiano, localizado num bairro nobre da Capital cearense, Aldeota, e que teve por objetivo centralizar a comercialização dos produtos artesanais, satisfazendo sobretudo o mercado turístico.

Com a ascensão de Tasso Jereissati ao Governo do Estado, é fortalecido o caráter “técnico moderno” na gestão das políticas públicas, inicialmente promovido pelas ações do BNB e SUDENE. Na análise de Araújo (1998:3) analisa que “o governo estadual atua no sentido de imprimir uma racionalidade empresarial ao Estado, dotando-o de organismos e de normas compatíveis com a gerência moderna, mais dirigida à economia de mercado”.

Os denominados “governos das mudanças”, que representam as gestões de Tasso Jereissati (1987-1990), Ciro Gomes (1991-1994) e novamente Tasso Jereissati (1995-2002), propiciam reestruturação administrativa que também afetou as instâncias governamentais responsáveis pelo setor artesanal.

A lei nº 11.732, de 14.09.90, extingue a FUNCESCE e cria, a partir de sua junção com a PROAFA (Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza), a FAS (Fundação da Ação Social), vinculada à Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS) e que, dentre suas responsabilidades, foi encarregada da operacionalização do Programa Estadual do Artesanato e do Programa de Desenvolvimento Integrado do Artesanato Cearense (PACE). Esse último, elaborado a partir de uma demanda originada pelo Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), foi responsável pela articulação de várias entidades para uma atuação conjunta do segmento e m foco.

Portanto, seguindo as diretrizes políticas nacionais e estaduais, a FAS, pela sua Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato (CEDART), tornou-se a principal gestora das ações de fomento do artesanato no Ceará.

Ao longo dos anos de 1990 e meados de 2000, a CEART (Centro de Artesanato do Ceará) e o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará), têm exercido o papel de promotores institucionais do artesanato cearense.

A CEART e o SEBRAE são, atualmente, as principais entidades que promovem ações de fomento ao artesanato no Ceará. Com apoio de recursos financeiros federais, a CEART atua no setor desde os anos 1980 (conforme visto anteriormente), e o SEBRAE, sobretudo, após a segunda metade dos anos 1990. A absorção de mão-de-obra (principalmente a feminina), a utilização em grande parte da matéria-prima local, o baixo custo de investimento, o elemento de fixação do homem ao campo, o fomento do turismo regional e o potencial exportador são elementos que justificam os investimentos destas instituições no setor artesanal cearense.

As estratégias de intervenção destas instituições pela CEART e o SEBRAE pautam-se no ciclo completo do capital (produção, comercialização e consumo). Estas instituições propõem-se à assistência técnica (capacitação dos artesãos), com introdução de novos designs para melhoria da qualidade e aceitação dos produtos no mercado; à concessão de financiamentos a artesãos e entidades artesanais para aquisição de matéria-prima e equipamentos; ao estímulo à comercialização, mediante a promoção de feiras e eventos.

O *design* surge como fator estratégico para a aceitação dos produtos artesanais cearenses no contexto mercadológico, haja vista que este elemento pode reunir valor à produção e criar entidades visuais para os produtos. Segundo relatório do PAB (2002), o design incorpora elementos como inovação, criatividade, confiabilidade, evolução tecnológica, padrão estético. Rápida percepção da função/uso do produto, adequação às características socioeconômicas e culturais do usuário e racionalização, imprimindo identidade própria ao produto artesanal.

A racionalização do trabalho artesanal cearense, promovida essencialmente pelas instituições que assistem o setor, consolida-se na medida em que o artesão necessita primordialmente do fruto de seu trabalho para sobreviver. A precária condição financeira da maioria dos artesãos viabiliza a incorporação de novos modelos e padrões, tanto na estética, como na estrutura geral de seu trabalho, visto que, tal condição, poderá conduzir a uma rentabilidade maior na comercialização de seus produtos. As ações de intervenção de instituições como a CEART e o SEBRAE não têm maiores dificuldades de “aceitação” por parte dos artesãos atendidos.

No que se refere à comercialização, a CEART é conhecida como centro focalizador de todas as tipologias de artesanato produzidos no Ceará. Há uma tendência em reunir os produtos artesanais confeccionados nos diversos núcleos do Estado e centralizá-los em canais de

vendas desenvolvidos pela CEART. Sendo comercializado e divulgado sob interferência direta da CEART.

Segundo relatório do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB, 2002), o crescimento das vendas das lojas CEART no período de 1995-2001 foi de 92% e, a fim de expandir o desempenho comercial exportador do artesanato cearense, foi assinado o “Projeto Setorial Integrado de Promoção do Artesanato Cearense”, coordenado pela APEX (Agência de Promoção de Exportação). O convênio foi estabelecido entre a SETAS (Secretaria de Trabalho e Ação Social) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MIDIC, sendo implementado a partir de 2002.

Um dos elementos importantes que auxiliam nesta comercialização é a isenção de impostos, como o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), garantida por convênio firmado com a Secretaria da Fazenda, que permite a negociação do artesanato livre de qualquer carga tributária.

Nesse contexto, o tempo de produção é ressaltado como um dos elementos significativos na constituição do valor real (preço percebido) do produto artesanal no mercado, como elemento importante a ser considerado pelo artesão durante a comercialização.

## **4.2. Perfil dos Artesãos da Renda de Bilro**

Alguns estudos e discussões sobre artesanato vêm apontando da forma recorrente a dimensão da ação dos intermediários na comercialização dos produtos, pela exploração econômica ou extra econômica a qual submetem os artesãos.

Como alternativa a essa prática, têm surgido experiências de organização em cooperativas, associações e grupos. No Ceará, existem várias entidades dessa natureza, mas pouco se conhece sobre sua atuação. Dentre elas, destacam-se a Associação das Rendeiras da Prainha e o Centro de Rendeira Miriam Porto Mota, as duas instituições são objeto de estudo dessa dissertação. Assim, o perfil dos artesãos foi traçado com base nas pesquisas realizadas nessas instituições.

Através do banco de dados do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato, programa que se confunde muitas vezes com a central de comercialização a CEART, foram obtidas as primeiras informações sobre o artesanato, as entidades artesanais e os dados das artesãs que foram entrevistadas.

Conforme o procedimento metodológico apresentado, utilizei um roteiro de entrevista previamente elaborado, como um instrumento capaz de captar aspectos substanciais da experiência pessoal e do grupo durante as visitas realizadas aos espaços de comercialização das artesãs.

Dessa forma, foram selecionadas as artesãs das duas associações que possuem experiência coletiva. Além das associadas, foram entrevistados dois membros da diretoria da associação, uma presidente (Associação das Rendas da Prainha) e outra vice-presidente (Centro das Rendeiras Miriam Porto Mota- Iguape). Também utilizei a observação direta e a consulta a estudos sobre artesanato, especificamente sobre a renda de bilro, para dar um melhor embasamento ao estudo.

A arte de fazer renda foi introduzida no Brasil pelas mulheres portuguesas e, no início do século XVII, adquiriu feição nitidamente nacional. Muito embora existam rendeiras em todos os recantos do país, o Nordeste é a região por excelência da renda de bilro (GIRÃO, 1984).

No Ceará, há registros da existência dessa atividade desde a colonização. No decorrer do tempo, foi sendo difundida pelo interior e principalmente nas áreas litorâneas, reproduzindo-se através das gerações. Atualmente apresenta maior concentração nos municípios de Aquiraz, Aracati, Beberibe, Acaraú e Trairi.

Com sua economia centrada principalmente na agricultura de subsistência, fruticultura e pesca, o município apresenta uma oferta de trabalho muito limitada e com baixos níveis de remuneração. Para conviver com essa realidade, grande parte de população feminina dedica-se ao trabalho artesanal na confecção de renda, labirinto e bordados que, em muitos casos, representam a única fonte de renda das famílias.

Além de complementar a renda familiar, a tradição destaca-se como outro fator condicionante do engajamento das mulheres na confecção da renda. Essa prática se transmite quase espontaneamente através das gerações, como bem traduz o depoimento da rendeira que destaca: “Aprendi essa atividade com a minha mãe e tias... Tudo elas faziam porque eu moro perto de Aracati, e lá é o lugar onde aprendi desde os 7 anos”. (Maria Ribeiro-redeira)

As rendeiras se localizam por toda a zona rural e urbana do município de Aquiraz, principalmente nas localidades denominadas Prainha e Iguape, comunidades de pescadores e que se constituem também como centros de veraneio e atrações turísticas.

As rendeiras da Prainha e do Iguape executavam seu trabalho no domicílio e vendiam os produtos diretamente ao consumidor ou para o agente chamado “atravessador”. A partir do final da década de 1970, motivadas pelo interesse de ampliar a comercialização dos produtos, algumas começaram a se unir para vender peças de renda nas casas de veraneio, na praia e nos locais onde passavam os ônibus com intenso fluxo de turistas.

A estratégia serviu para atrair a atenção da primeira dama do Estado, que tomou a iniciativa de construir o centro das rendeiras do Iguape, conforme expressa o depoimento abaixo:

Era pouca gente que saía com a caixa na cabeça pra vender na praia, nas casas de família, pessoas que vinham passar o fim de semana... ela mesma, Dona Luiza, achando que tava feio aquilo... às vezes chegavam na hora do almoço tava atrapalhando... aí, ela conversando com as rendeiras disse que tava pensando em fazer o centro das rendeiras... de lá para cá, foi um sucesso total. (Artesã do Iguape)

Os centros de comercialização (Associação das Rendas da Prainha e Centro das Rendeiras Miriam Porto Mota – Iguape) estão passando por um processo de negociação para reformar suas sedes. O Centro da Prainha já foi demolido e as rendeiras aguardam uma posição da Prefeitura acerca do novo prédio. A situação do centro de comercialização do Iguape é similar, considerando a atual situação em que o espaço encontra-se desativado e as rendeiras vendendo seus produtos em um local provisório, cedido por um político municipal. Antes, esses grupos eram integrados por quiosques, construídos em alvenaria e cobertos com telha. Eram contornados com uma espécie de balcão onde as peças eram expostas à venda. Na parte interna, possuíam algumas subdivisões para guardar os equipamento de trabalho e alguns objetos pessoais das rendeiras. Eles funcionavam como local de produção e comercialização de diversos produtos de renda.

O Governo do Estado através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS possui o programa de desenvolvimento do artesanato. Esse programa utiliza um banco de dados estadual que contém as informações dos artesãos cadastrados em todo o Ceará. De acordo com o banco de dados da tipologia ‘renda de bilro’, estão cadastrados 700 artesãos no Sistema de Acompanhamento da Central de Artesanato do Ceará SAC–CEART. Esse universo é constituído por 696 pessoas do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Outro dado relevante para traçar o perfil do público é a escolaridade que, de acordo com a mesma fonte, é representada da seguinte forma: 71 analfabetos, 71 alfabetizadas, 421 que possuem Ensino Fundamental, 93 com Ensino Médio e 12 pessoas com Ensino Superior.

O dia-a-dia das artesãs pode ser resumido nas seguintes atividades: concluídos os afazeres do cotidiano, as rendeiras começam a chegar ao centro com suas almofadas para trabalhar na confecção da renda e atender aos clientes que, eventualmente, aparecem. Algumas chegam aproximadamente às 9 horas e ficam no espaço até às 17h30min horas. Porém, a jornada de trabalho varia de acordo com as conveniências individuais, com os dias da semana e com a época do ano. Nos fins de semana, quando o movimento é mais intenso, e na época de maior fluxo turístico, estas permanecem ainda mais tempo nos espaços que, atualmente, encontram-se improvisados.

Em resumo, o perfil dos artesãos expressa as condições socioeconômicas nas quais estão inseridos e a forma como eles manifestam as suas referências na arte. A partir do desenho desse comportamento, pode-se detalhar de que forma os programas interferiram em suas atividades comerciais e quais os reais impactos na realidade dessas comunidades.

### **4.3. Resultados Alcançados**

Os resultados da pesquisa podem ser apresentados com base na quantidade de dados e informações coletadas ao longo do projeto, através dos quadros analíticos abaixo expostos.

As entrevistas realizadas junto às presidentes das associações de Rendeiras da Prainha e do Centro de Rendeira Mirian Porto Mota foram compostas pelos seguintes questionamentos:

1. A Associação foi criada para atender a necessidade de organização do grupo de artesãos existente?
5. As ações desenvolvidas pela associação obtiveram apoio institucional no financiamento das mesmas?
6. Se sim, quais as principais instituições?
7. Houve crescimento do artesanato decorrente desse apoio?
9. Em sua opinião, os artesãos associados melhoraram suas condições de vida a partir da atividade artesanal?
11. Você acha que o Programa de Desenvolvimento do Artesanato atende as necessidades da produção e comercialização da renda de bilro dos associados?
12. Os projetos implantados contribuíram para melhoria de renda dos associados?



Os resultados a essas questões foram compilados na tabela abaixo:

### QUADRO 2 – RESULTADOS ENTREVISTAS PRESIDENTES

Item	Perguntas	1	5	6	7	9	11	12
1	M <sup>a</sup> Cleide	Sim	sim	Sebrae/Ceart/ Pref. municipal	sim	sim	sim	Sim
2	Wanderli	Sim	sim	Sebrae/Ceart/ Pref. municipal	sim	sim	sim	Sim

A partir dessas informações, pode-se concluir que ambas as entrevistadas possuem a mesma visão macro sobre os programas implementados. Reconhecem a atuação das instituições que desenvolvem os programas e projetos com as associações. Observa-se que a Prefeitura de Aquiraz não foi incluída nas respostas das presidentes.

As perguntas realizadas junto às artesãs associadas foram compostas da seguinte forma:

5. As ações desenvolvidas pela a associação trouxeram algum benefício para sua atividade?
7. Você participou de projetos promovidos pelo Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato?
9. A sua vida profissional mudou com a realização desses projetos?
11. Você acha que o Programa de Desenvolvimento do Artesanato atende as necessidades da produção e comercialização da renda de bilro?
12. Com a renda obtida através do artesanato, você melhorou as suas condições de vida?
13. Qual a sua renda atual?
14. Houve aquisição de algum bem comprado com dinheiro do artesanato?

Os resultados das perguntas fechadas aplicadas nas entrevistas com as artesãs associadas podem ser contemplados no quadro a seguir:

### QUADRO 3 – RESULTADOS ENTREVISTAS ARTESÃS ASSOCIADAS

Ord	Perguntas	5	7	9	11	12	13 R\$	14
1	Gracila Tomé	sim	sim	sim	sim	sim	1.500	Sim
2	F <sup>a</sup> Olenir	sim	sim	sim	sim	sim	1.000	Sim
3	Raimunda Vicente	sim	sim	sim	sim	sim	550	Sim
4	M <sup>a</sup> Cilene	sim	sim	sim	sim	sim	1.000	Sim
5	M <sup>a</sup> Ribeiro	sim	sim	sim	sim	sim	2.000	Sim
6	M <sup>a</sup> Enedite	sim	sim	sim	sim	sim	600	Sim

Desse modo, podemos observar uma similaridade de percepção e entendimento entre as artesãs, mesmo estando em localidades diferentes. Ainda com as particularidades nas respostas, a realidade demonstrou as mesmas preocupações e aspirações.

Destaca-se ainda que a média salarial do grupo girou em torno de 1.108 reais, ainda abaixo do crescimento esperado pelos programas implantados. De acordo com as informações do cadastro de artesãos da CEART (quadro de informações das artesãs) demonstra uma média salarial de 666 reais. Portanto em termos de renda média houve um aumento. Mas as condições de vida, as dificuldades relatadas, os espaços de comercialização precários deixa transparecer que ainda falta muito para o programa atingir o objetivo de tornar os artesãos independentes em termos financeiros, de modo a permitir uma melhoria significativa na sua qualidade de vida.

Durante as entrevistas com as artesãs, pude perceber o orgulho e satisfação que elas possuem da profissão por meio das respostas as perguntas. Esse fato me remete à teoria da autora Amartya Sen, que apresenta uma preocupação com o desenvolvimento das capacidades individuais de cada cidadão e não somente com o crescimento da renda e da riqueza. Este enfoque torna oportuno o entendimento e a aproximação com as questões contidas no segmento do artesanato.

No conceito utilizado por Amartya Sen, a pobreza é vista como privação de capacidade básica ao invés do conceito de baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação desse fenômeno. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia de que a renda baixa é uma das causas principais da pobreza. A falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

Outro aspecto identificado por ocasião das visitas as duas associações foi a falta de consonância entre os projetos implantados e a realidade vivenciada pela categoria. Esse elemento é evidenciado na teoria dos autores Marjukka Ala-Haja & Sigurdur Helgason (2000, p.11) que destacam que “gerenciar normalmente implica um ciclo de planejamento/preparação, dotação orçamentária, implementação e avaliação. (...) Uma política ou programa que tenham sido avaliados podem ser melhorados, expandidos ou substituídos”. O autor define que as avaliações de programa “constituem análises sistemáticas e de aspectos importantes de um programa e de seu valor, de modo a oferecer conclusões confiáveis e utilizáveis”. Esse aspecto é visível também na perspectiva técnica onde constatamos que na implementação das políticas públicas, o monitoramento e avaliação, somente são utilizadas quando há um financiador exigente.

A descontinuidade das ações podem ser claramente percebidas por ocasião das mudança de governo. Há exemplo disso o plano de governo do Lúcio Alcântara previu o programa de artesanato da seguinte forma:

**Programa Artesanato e Produção Familiar** – objetiva promover o desenvolvimento do artesanato cearense e a produção familiar, visando geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos produtores. Com o intuito de fortalecer as diversas cadeias produtivas artesanais, promover a imagem dos produtos e dos produtores do artesanato cearense e divulgar a cultura do Estado surgiu o Projeto Sexta do Empreendedor, com a realização semanal de exposições e feiras artesanais;

Logo após a mudança de gestão no ano de 2007 esse projeto, assim como outros, foram substituídos ou simplesmente finalizados.

**QUADRO 4 - RESPOSTAS DAS PRESIDENTES E ASSOCIADAS EM RELAÇÃO À QUESTÃO DA RENDA**

<b>Artesã entrevistada</b>	<b>Associação</b>	<b>Resposta/Declaração</b>
Maria Cleide dos Santos	Associação das Rendeiras da Prainha (Presidente)	...a renda cada dia que passa vai se modificando, agente vai criando.
Gracila Tomé Cunha	Associada	O artesanato é uma coisa que...sai porque a rendeira ela também desenha, ela modifica o desenho, agente cria várias peças né, com vários modelos diferentes...eu acho uma coisa muito bonita que tá acabando né.
Francisca Olenir da Silva	Associada	A renda é uma terapia, agente faz por prazer, por amor, eu adoro tudo que é de artesanato.
Maria Cilene de Sousa Miranda	Associada	..porque eu abandonei até meu estudo pra ser rendeira, eu decidir seguir porque minha mãe era...
Wanderli Firmino Costa	Centro de Rendeira Míriam Porto Mota-Iguape (Vice-Presidente)	...elas ajudam na família, ajudam seus maridos, e se desenvolvem psicologicamente aqui também
Raimunda Vicente da Costa	Associada	Pra mim é uma coisa ótima, não tem igual você aprender artesanato...porque depois nós passamos a fazer a renda...nós não éramos valorizados...
Maria Ribeiro da Silva	Associada	Acho muito importante, porque hoje em dia o artesanato é muito evoluído.
Maria Enidete Lopes Gomes	Associada	O artesanato assim ele é muito importante na minha vida...

A autora Amarya Sen quando se refere ao enfoque na qualidade de vida e nas liberdades substantivas, e não apenas na renda e na riqueza, retrata um pouco da realidade das presidentes e artesãs entrevistadas. Nesse sentido está claro nas respostas que muitas vezes se distanciam da análise centralizada apenas na renda obtida com as vendas, conforme as declarações acima citadas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de 10 anos de minha vida profissional estive trabalhando no sentido de contribuir, através da minha função, para o crescimento do setor artesanal por meio do Programa de Desenvolvimento do Artesanato. Quando surgiu a oportunidade de participar da seleção do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, avalei como uma possibilidade única de realizar um esforço mais efetivo junto a esse segmento por meio do estudo, da pesquisa e dos registros desenvolvidos ao longo da pesquisa acadêmica para, por fim, repassar esse trabalho a quem mais interessava: os artesãos.

O fato de conhecer e de ter tido contatos anteriores com os grupos que compuseram a pesquisa trouxe aspectos positivos e negativos ao mesmo tempo. Durante as entrevistas, pude ficar muito a vontade na conversa com as artesãs; da mesma forma o grupo respondia com muita satisfação as indagações feitas. Apesar da facilidade na obtenção das respostas, observei que muitas artesãs davam respostas “viciadas”, buscando agradar ou reconhecer o trabalho da instituição na qual eu atuava. Foi preciso um pouco mais de esforço e método para que elas fossem direcionadas a responder aquilo que correspondia à sua realidade e suas necessidades, e não a resposta mais conveniente para a entrevistadora.

Todo o processo de sala de aula, a relação com funcionários, professores, colegas e autores somaram um conjunto de fatores de aprendizagem que influenciaram na construção do trabalho final. Os diversos medos e receios ao longo da elaboração da dissertação não foram poucos. O medo de não gravar as entrevistas, de não obter respostas ou de não estar dando o devido direcionamento ao trabalho, todos eles foram sanados a partir da ciência de que o pensamento seguia as orientações e recomendações de professores e autores comprometidos e conscientes da importância de se discutir esse tema.

Assim, os resultados desse trabalho devem ser sentidos principalmente pelos artesãos, através de um embasamento para novas atuações governamentais. Desse modo, alguns pontos puderam ser destacados e avaliados de forma a melhorar procedimentos e processos e a atingir os objetivos reais do programa de artesanato.

As ações do programa junto aos artesãos foram desenvolvidas com recursos do tesouro estadual, fato que favoreceu a falta de uma ferramenta que privilegiasse um processo de monitoramento e avaliação dos programas de forma participativa. Normalmente, grandes

financiadores possuem metodologias participativas, testadas durante muitos anos e que fazem desse modelo um pré-requisito para os programas e projetos financiados. No caso do programa de artesanato, essa metodologia não se aplicou, gerando algumas falhas ou ajustes necessários ao seu aperfeiçoamento. Os resultados da pesquisa apontam para algumas conclusões:

- As duas associações pesquisadas estão passando pela mesma situação de precariedade do espaço físico de comercialização nas localidades da Prainha e do Iguape. Ainda assim, os projetos continuam inalterados e essa situação não é levada em consideração, tendo em vista que as ações realizadas nos locais são as mesmas, independente desse problema. Ou seja, mesmo em condições complicadas, os benefícios à economia e ao desenvolvimento local são os mesmos, partindo de uma visão linear. A sugestão, nesse caso, é tornar os programas e projetos mais flexíveis e participativos, desde a definição das prioridades a partir da perspectiva do usuário. Desse modo, as ações tornam-se mais assertivas e levam mais benefícios aos artesãos;
- Ao longo do tempo, as artesãs pesquisadas demonstraram que houve um crescimento profissional e uma melhoria das condições de vida delas. O que foi observado através de seus locais de comercialização, em suas vestimentas e nas aspirações individuais é que há uma conformação muito grande e uma gratidão em relação aos programas de desenvolvimento do artesanato, diante dos resultados trazidos às comunidades;
- A aplicação dos recursos do programa é definida sem a participação dos possíveis grupos beneficiários, fato que desconsidera as necessidades sentidas por eles. Além disso, o monitoramento, instrumento que proporcionaria um redirecionamento das ações, ocorre também sem a participação dos artesãos, dificultando o reconhecimento da realidade deles e o saneamento de ações ineficientes;
- Anteriormente, havia uma rota turística nas duas localidades (Prainha e Iguape) onde o turista comprava o artesanato em grandes quantidades. Por motivos diversos, a rota foi alterada, causando uma diminuição na frequência de turista e, conseqüentemente, de venda. Esse é outro problema que poderia ser solucionado através da intervenção do Estado e de um olhar mais claro sob as necessidades desse segmento;
- As duas dirigentes das associações demonstraram insatisfação quanto à falta de apoio por parte da Prefeitura de Aquiraz, ou seja, na ausência de um trabalho integrado com os programas do Governo do Estado. Nesse, e em alguns outros aspectos, a

organização e a conscientização dos artesãos torna-se essencial na mudança da história; Por fim, verificou-se que falta aos responsáveis pela execução do Programa uma cultura de avaliação de suas ações capaz de promover as readequações necessárias ao bom desempenho da política pública.

Diante do exposto, é possível destacar que as possibilidades de melhoria dos programas de artesanato e as possíveis transformações no segmento não se esgotam por aqui. Os resultados expressam apenas um esboço da realidade na qual atuam esses profissionais, no sentido de definir novos limites e vislumbrar novos horizontes para esse setor, de modo a promover políticas mais eficientes e assertivas.

\*

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRECHE, Marta T.S. Tendências sobre avaliação. RICO, Elizabeth Melo. **Organização de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1998.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**. Ano 51, n.4, out/dez 2000.

BAVA, Caccia. “O Neoliberalismo acabou?”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, outubro, 2009.

BANCO DO NORDESTE. **Ações para o desenvolvimento do artesanato no Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2002.

BATISTA, Mirian Veras. **Planejamento Social: internacionalidade e instrumentação**. 2ed. São Paulo: Veras Editora/CPIHTS, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever, **Revista de Antropólogo**, vol.39, n.1, 1996.

CARVALHO, Alba Maria Pinho. **Sociedade, Estado e Políticas Públicas na Civilização do Capital: um olhar sobre o presente**. In: Painel Temático Sociedade/Estado/Políticas. Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Braga-Portugal, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Estado em Cena na Civilização do Capital em crises: “Retorno sem Partida”**. In: Mesa Temática. Estado e Políticas Públicas Brasil e Portugal: Novas Configurações Desafios do Presente. Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís-MA: UFMA, 2009.

COTTA, Tereza C. Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Social Público**. v.120, 1996.

CEARÁ, GOVERNO DO ESTADO. **Perfil do artesanato cearense: tipologias selecionadas**. Ministério do Trabalho, Secretaria do Trabalho e Ação Social, Sistema Nacional de Emprego Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)-Fortaleza, 1996.

COHEN, Ernesto. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

GOIDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

HOLANDA, Nilson. **Avaliação de Programas. Conceitos básicos sobre a avaliação. ex post** de programas e projetos. São Paulo/Fortaleza: Editora ABC, 2006.



HOFLING, Eloísa de Matos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, Campinas, Nov. 2001.

YIN, Robert K., **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3.Ed. Porto Alegre: BROOKMAN, 2005.

MARTINS, Gilberto Andrade. **Estudo de caso: uma Estratégia de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, Karl (1818-1883). **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo San'Ana. Rio de Janeiro: editora, 1991.

MELO, Marcus André. **As sete vidas da agenda pública brasileira**. RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1998.

MOLLO, M.L.R. - "**Estado e Economia: o papel do estado nas dinâmicas monetárias**", em Estudos Econômicos, São Paulo, USP. v.18.

MESZÁRIOS, Istévan. **Ir além do Capital. In: Globalização e socialismo**. Osvaldo Coggiola (org.). São Paulo: Xamã, 1997.

NOVY, Andreas. "**Política e economia outra vez articuladas**", Le Monde Diplomatique Brasil, outubro, 2009.

PEREIRA, Carlos José da Costa. **Artesanato-definições, evoluções-ação do MTb-PNA**. Brasília, Mtb, 1979.

POCHMANN, Marcio. **Economia Global e a nova divisão internacional**. São Paulo: Contexto do Trabalho, 1997.

PORTO ALEGRE, Sylvia. **Mãos de Mestre: itinerário da arte e da tradição**. São Paulo: Maltese, 1994.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO DO TRABALHO – SETE. **Artesanato para Mundo Globalizado**, organizado por João Bosco Feitosa dos Santos e Elisabeth Fiúza Aragão. Fortaleza: UECE, 2006.

SALM, José Francisco. **A Formação da Estratégia pela aprendizagem organizacional**. Revista de Ciências da Administração, UFSC, Florianópolis, 1997.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: Veras, 2001.

SPOSATI, Aldaisa. **Regulação Social Tardia: características das políticas sociais latino-americanas na paisagem entre o segundo e o terceiro milênio**. Intervenção Social. Portugal, v.1, nº 27, 2003 p.63-88.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Laboratório de Ensino à Distância. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda: Novos Paradigmas**/Florianópolis, Laboratório de Ensino à Distância, 1999.

### **Referências em meios eletrônicos**

CEARA (Governo do Estado). **Relatório de Gestão** CGE 2007-2010. Controladoria e Ouvidoria do Geral do Estado, Fortaleza: CGE, 2010.

CEARA (Governo do Estado). **Plano de Governo 2003/2006**. Disponível no site: <[www.ceara.gov.br](http://www.ceara.gov.br)> Acesso em 20 jun.2011

CEARA (Governo do Estado). Plano de Governo 2007/2010. <[www.ceara.gov.br](http://www.ceara.gov.br)> Acesso em 20 jun.2011.

CEARA (Governo do Estado). Mensagem à Assembleia Legislativa, 2009.

CEARA (Governo do Estado). Mensagem à Assembleia Legislativa, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados estatísticos de 2010. Disponível no site: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 07de jul.2011

INSTITUTO DE PEQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Ceará em Números**. Fortaleza: SEPLAG, 2009. Disponível no site: <http://www.ceara.gov.br>. Acesso em: 07de jul.2011

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Dados de 2010. Disponível no site: <http://www.planejamento.gov.br>. Acesso em: 12 de jul.2011

## 7. ANEXOS

### IMAGENS DAS VISITAS REALIZADAS

#### 1. ASSOCIAÇÃO DAS RENDEIRAS DO IGUAPE



FIGURA 21 Iguape



FIGURA 22 Iguape, sede da associação



FIGURA 23 Iguape, sede da associação



FIGURA 24 Iguape



FIGURA 25 Iguape

## 2. ASSOCIAÇÃO DAS RENDEIRAS DA PRAINHA



FIGURA 26 Produtos da Prainha



FIGURA 27 Rendeira da Prainha



FIGURA 28 Centro de rendeiras da Prainha



FIGURA 29 Entrevista na Prainha



FIGURA 30 Prainha

## TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

As entrevistas abaixo foram realizadas no município de Aquiraz nos distritos da Prainha e do Iguape. Participaram as associações: Rendeiras da Prainha e Centro de Rendeira Mirian Porto Mota. Os roteiros utilizados estão em anexo após as transcrições.

### Associação das Rendeiras da Prainha – Aquiraz

Data da aplicação do questionário - 26/05/2011

Nº - 01

Dados do Entrevistado

Nome: Maria Cleide dos Santos (Presidente da Associação)

Idade: 55 anos

Nível de Escolaridade : ( ) Analfabeto ( ) Alfabetizado ( ) Ensino Fundamental ( x )

Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Médio Incompleto ( X )

Superior

#### Entrevista

**Edny** : A associação, foi criada para atender as necessidades do grupo de artesãos? Você esta aqui desde o início da criação?

**Maria Cleide** : Eu...estava sim, na época que agente fez a associação, primeiro era um líder, depois nós resolvemos criar a associação, através de uma amiga da minha madrinha, que ela disse que era bom uma associação, um projeto né, ai agente foi, fizemos uns bingos, agente fazia bingo para poder fazer a papelada para associação, que não tinha...

**Edny** : Antes era só um grupo?

**Maria Cleide** : Antes era só um grupo...naquela época era a Ana Coelho, que ficava com agente ..

**Edny** : É era...

**Maria Cleide** : A Cláudia?!...não era outra...Andréa não?! Tinha outro nome que eu esqueci....ai depois fizemos a associação, as pessoas vieram pra cá, e estamos ai caminhando cada dia mais.

**Edny** : Quais são as atuais atividades da associação?

**Maria Cleide** : Do trabalho da gente?! É a renda de bilro, e aqui nos estamos atendendo o custo de filé né, de bordado, ponto custo também, que é o bordado á mão também, que tem o custo da gente né, e a renda né, a renda cada dia que passa vai se modificando, agente vai criando.

**Edny :** E na época que foi criada a associação, vocês já tinha o grupo que trabalhava, e foi criada pra quê? Pra vender mesmo? Pra fazer as vendas ou não outras coisas?

**Maria Cleide :** Pra mais coisa né...agente ser mais vista como artesã, como rendeira, ultimamente agente não era...assim como é que se diz?!...não bem visto, não tinha divulgação, agente só vendia mais por causa do CEART, que foi quem mais nos apoiou né, e que sabe a nossa história, sempre ajudou agente, e daí por diante agente foi caminhando com nossos próprios pés; porquê na época agente tinha muita ajuda do CEART, orientava, capacitação, essas coisas cursos, e depois ela se afastou um pouco né, não podia tá só aqui com agente, agente tinha que fazer movimento pra poder manter a associação das rendeiras.

**Edny :** Há quanto tempo existe a associação?

**Maria Cleide:** A associação pelo que eu sei existe à 28 ( vinte e oito ) anos.

**Edny :** As ações são desenvolvidas pela associação? A CEART em algum momento repassou financiamento pra vocês de recursos para produção?

**Maria Cleide :** Não, só os cursos. Na época agente levava os trabalhos lá, porque precisava de peças pra colocar na loja né, eles trabalham com isso, depois teve aquele programa de custo, porque você sabe né, elas criam, elas vendem, é trabalho do dia a dia, pra poder sobreviver e ajudar em casa, não gastando dinheiro, porque assim nós somos um grupo mas, nós temos gente em casa, irmã, prima que ficam produzindo porque só nós mesmo não damos conta, porque demora demais ,a renda de bilro, por isso tem outras pessoas, família da gente que fica em casa ajudando.

**Edny :** Além da CEART alguma outra instituição ajudou também no trabalho de vocês?

**Maria Cleide :** Com certeza o SEBRAE também tem ajudado.

**Edny :** Qual avaliação que você faz como presidente da associação em relação o crescimento do artesanato? Houve um crescimento ? Vocês estão vendendo mais, como esta a situação atual?

**Maria Cleide :** Olha no início, realmente nós fomos vendendo, mas na época agente vendia muito mais, porque só era poucos artesãos no mundo inteiro né, agente era sempre com a renda de bilro, trabalhando bem feito, de boa qualidade, eram poucos artesãos, e outros até revendem e dizem ser artesãos, e na verdade somos nós que fazemos aqui a renda de bilro, e agora estamos optando de tá vendendo também por causa das vendas de cheque, nós não estamos muito aceitando cheque, esta exigindo muito a máquina porque não tem onde tirar dinheiro.

**Edny :** Agora fazendo assim uma comparação, entre as condições de vida, vamos dizer a 28 ( vinte e oito ) anos atrás, como vocês viviam, onde moravam, como se alimentavam? Houve uma melhoria, nessas condições de vida globais? Com o artesanato, com a venda, ou não? Hoje você vive melhor do que à 28 ( vinte e oito ) anos atrás?

**Maria Cleide :** Sim. Com certeza, porque agora é tudo diferente, mais moderno né, naquela época, agente filha de pescador, a mãe da gente era rendeira, e...não era tão mas agora, como posso dizer, tem mais envolvimento tanto aqui como lá fora, melhorou muito.



**Edny :** Você fala lá fora as questões das feiras? Que vocês participam?

**Maria Cleide :** sim, as feiras, às vezes eles vêm fazer encomendas de casamento, nós tivemos encomendas de biquínis de praia, de sandálias, tudo agente já participou.

**Edny :** Você falou das feiras...eu queria saber assim as estratégias que vocês estão utilizando para comercialização? Tem as barracas aqui ,tem essas encomendas, que eu penso até pela experiência, de que essas encomendas de casamento, biquíni, sandália, é mais um “boca à boca”, vocês sabem indicam, ai procuram vocês, e as feiras também .Qual que outra forma de vender?

**Maria Cleide :** Exatamente, agora essa moça que esta comigo lá, estrangeira, não conheço nem a pessoa, nunca nem vi, e também ela nunca me viu, quer dizer através de cartões que agente solta na feira, e o boca à boca uma vai dizendo pra outra, ai ela ligou pra mim dizendo que tinha visto um cartão, e eu disse que era presidente né, ela disse que era estrangeira e se era possível fazer um trabalho da faculdade, e eu disse pode...quer dizer a propaganda boca à boca eu acho muito importante, porque desse casamento agora de uma encomenda, nós já estamos na terceira, e agora já chegou outra aqui, quer dizer quarta encomenda de casamento, e foi através da dona Renata Jereissati que veio aqui fazer um trabalho com agente, da filha dela que casou né, e daqui por diante, graças à Deus que só tá chegando encomenda.

**Edny :** O trabalho da CEART e do SEBRAE eles contribuíram para produção e comercialização da renda aqui? Na questão da capacitação, dos cursos? Houve uma mudança nesses produtos pra que eles vendam mais?

s aqui? Pra venda da renda, produção também...o que é que você acha que são as dificuldades que vocês enfrentam?

**Maria Cleide :** É primeiro...nós estamos aqui do jeito que nós estamos, é mal visto, nos temos muita critica, é de que nós somos...é chamam agente de favelados, que a estrutura não esta boa para receber o turista, mas agente não vai desistir...quem sabe um dia Deus tenha misericórdia ,e nós temos nosso centro novo né.

**Maria Cleide :** Com certeza, houve uma inovação, agora mesmo estamos esperando sair as máquinas que agente ganhou né, pra agente fazer outro curso.

**Edny :** Vocês ganharam de onde?

**Maria Cleide :** Da CEART, ainda vêm armar né...estamos esperando o rapaz vir armar, porque vai ter um curso agora em agosto, em julho nós não podemos atender porque estamos direto como o turista, daí em agosto agente vai fazer esse curso, a menina já fez a reunião com agente.

**Edny :** Atualmente tem quantos associados aqui?

**Maria Cleide :** Associados ao todo são 80 ( oitenta ), mas com agente nesse grupo que estamos aqui, nós viemos acampar aqui pra não perder o trabalho são 22 ( vinte e duas ) pessoas. Mas as outras não vieram porque não quiseram, eu fiz a reunião, informei tudo pra elas, mas não podemos fazer nada né...não podemos puxar elas pelos braços, já são adultas né.

**Edny :** Quais são as maiores dificuldades atuais?

**Edny :** Então uma das dificuldades é o próprio centro? Que esta em condições né...as pessoas criticam?

**Maria Cleide :** E agora que vai vir a copa, nós temos que estar com um centro novo né...agente até teve um pedido na reunião que teve agora com o CEART, e nós pedimos que eles ajudassem com um toldo assim bem grande...sabe qual é que parece assim...favela..rs! Ai ficou essa proposta para darem uma resposta e eles ainda não trouxeram pra gente, seria uma coisa mais bonita, um galpão, enquanto resolve esse processo que tá ai né, que nós temos um projeto lá, já faz mais de dois anos que lutamos pra fazer um centro novo, já fez a primeira parte, que faça a segunda, e até agora ninguém sabe de nada.

**Edny :** Quer dizer que isso aqui já foi construído?

**Maria Cleide :** Foi, foi todo derrubado, ai construíram essa primeira parte, aí faltam os box...

**Edny :** E esse é na verdade o principal problema atualmente de vocês?

**Maria Cleide :** Com certeza, problema que agente tá também enfrentando, porque aqui fizeram aquela lanchonete, daquele rapaz que trabalhava...não sei se tu se lembra?! Uma barraca lá do fim ali, que vendia merenda, aquele homem...e o CEART, nunca aceitou ele aqui, e dizia vocês tirem ele daqui que não vai da certo, depois o negócio vai complicar...a menina sempre dizia ... como é o nome dela que eu disse ...Andrade, o corretor disse do mesmo jeito também que não podia ficar...porque isso aqui faz parte da marinha patrimônio da união, então ele só da o terreno se ele tiver só artesão, só a rendeira, não tinha nada de ninguém vir ficar aqui com agente, é tanto que hoje ninguém aceita, ai o problema tá sendo mais esse ai, porque não aceita...não aceita, o terreno é da associação da rendeira, dos artesãos, é pra vender renda.

**Edny :** Quanto é que você calcula que recebe por mês ? Em termo de salário mínimo, é um salário, dois salários? De produção de venda de renda?

**Maria Cleide :** Olha é...varia muito do dia a dia, tem dia que agente não faz nenhum tustão, mas tem dia que agente faz 200 ( duzentos ), 300 ( trezentos ), tem cliente que às vezes agente faz 1.000 ( mil ), depende muito também de cliente , porque se eles quiserem comprar.

**Edny :** Mas assim se você pudesse somar tudo que você ganhou durante um ano, vamos dizer o ano de 2010, e dividir em 12 ( doze ) meses você acha que fez dois salários por mês, três por mês ou você fez um por mês? Você já fez essas contas pra ver o faturamento do ano todo?

**Maria Cleide :** Olha...eu ainda não tive tempo, o meu tempo é tão pouco pra somar, mas eu acredito que seja uns dois salários.

**Edny :** Mas você só vive desse dois salários, ou você tem outra fontes de renda?

**Maria Cleide :** Olha eu sou pensionista, eu sou o pai e mãe em casa, apesar que já estão grande mais, mora uma filha comigo e dois netos.

**Edny :** Mas você recebe a pensão do seu marido ?

**Maria Cleide :** É sou viúva. E continuo trabalhando porque isso aqui já é outra renda pra dentro de casa.

**Edny :** Mas você vive só disso né...só da renda ?

**Maria Cleide :** Só da renda.

**Edny :** Pois Cleide eu queria agradecer o seu tempo, e quando esse trabalho estiver pronto, com certeza eu vou lhe mostrar.

### **Associação das Rendeiras da Prainha – Aquiraz**

Data da aplicação do questionário- 26/05/2011

**Nº 02**

Dados do Entrevistado

Nome : Gracila Tomé Cunha

Idade : 51 anos

Nível de Escolaridade : ( ) Analfabeto ( ) Alfabetizado ( x ) Ensino Fundamental ( )

Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Médio Incompleto ( )

Superior

#### **Entrevista**

**Edny :** Há quanto tempo você trabalha com artesanato? Nessa tipologia de renda ?

**Gracila :** Olha a renda eu comecei com 8 ( oito ) anos, só que não é direto né, parei fui trabalhar no comércio, porque minha mãe era que ficava aqui no centro né...depois quando ela ficou doente, eu comecei novamente.

**Edny :** Mas você aprendeu com a sua mãe?

**Gracila :** Com a minha mãe...foi.

**Edny :** Na sua vida o que significa o artesanato de renda ?

**Gracila :** O artesanato é uma coisa que...sai porque a rendeira ela também desenha, ela modifica o desenho, agente cria várias peças né, com vários modelos diferentes...eu acho uma coisa muito bonita que tá acabando né.

**Edny :** Mas porque você diz que tá acabando?

**Gracila :** Ta acabando porque as meninas hoje...se a senhora vê no centro aqui, só tem pessoas de idade, as filhas hoje não querem fazer a renda, talvez porque o lucro também é muito pouco.

**Edny :** Você já fez os cálculos pra saber se você ganha um salário mínimo por mês? Dois ou três?

**Gracila :** Depende do mês, na alta estação sim. Passa disso muito bem.

**Edny :** Em 2010 você chegou a somar tudo que você recebeu? Porque se agente somar e dividir por doze ai da pra ter uma média de quanto você tira por mês.

**Gracila :** Não.

**Edny :** Mas você acha que é..daria fazendo esses cálculos dois salários ou um salário ou três salários?

**Gracila :** Olha na baixa um salário, e na alta estação mais.

**Edny :** Quais são as ações que a associação tem desenvolvido pra melhorar a produção e a comercialização da renda de bilro?

**Gracila:** Aqui nós temos a parceria né com o SEBRAE a CEART, eles ajudam bastante né...principalmente com os cursos que dão, e agente sempre tá procurando ir em feiras, as pessoas já vêm até aqui fazer suas encomendas, pra gente é bom demais, nós vamos até criar um site pra mostrar nosso produto, se ele fosse pra fora era ainda melhor né...pro exterior através da gente, mas falta ainda muita divulgação.

**Edny :** Além da divulgação como é que você vê as dificuldades, que vocês estão enfrentando atualmente?

**Gracila :** As dificuldades são muitas né...começando é pra onde expor, aqui nas chuvas nós passamos até dois dias fechados sem poder expor, o que agente sente também é uma parceria de voltar a rota né dos ônibus, que antigamente tinha né...passava por aqui.

**Edny :** Como é que vocês estão comercializando os produtos? Aqui em feiras, através de encomendas, existe outra forma?

**Gracila :** Não, apenas o site que seriam vendas através da internet.

**Edny :** Você tá aqui na associação há quanto tempo ?

**Gracila :** Eu tô na associação...retornei...vai fazer quatro anos, porque aqui eu tô no lugar da minha mãe, quando ela viajava pra feira ai eu ficava, como tinha ela e eu não queria ficar só na renda, eu trabalhava no comércio.

**Edny :** Mas atualmente você tá só na renda de novo?

**Gracila :** Só na renda.

**Edny :** Comparando assim o início, é quando você iniciou trabalhando com renda, e também quando iniciou na associação, comparando o que você vivenciava a qualidade de vida que você tinha nesse período e hoje você acha que teve algum acréscimo, houve uma melhoria na sua qualidade de vida, você vive melhor hoje do que vivia no início?

**Gracila :** Hoje eu vivo melhor, mas só que antes aqui era melhor porque quase todo os meses tinha feira saindo pra outros estados.

**Edny :** Então houve uma diminuição nos eventos e também aqui o problema dos espaços?

**Gracila :** Exatamente eu acho isso, porque quase todos os meses tinha os ônibus saindo para as feiras saindo pra todos estados né, vendia o produto, voltava, tinha também os ônibus né que vinham com os turistas pra cá, feira agora é muito difícil.

**Edny :** Você tem algum outro tipo de renda? Ou só vive do artesanato? Você tem algum benefício alguma outra coisa?

**Gracila :** Só do artesanato hoje só vivo do artesanato

**Edny :** Você e à sua família trabalham com renda ou não?

**Gracila :** Eu e a minha irmã...agente trabalha com a renda, mas tem meu marido que trabalha ele é vendedor ambulante, mas eu só renda não recebo benefício de outro órgão.

**Edny :** Nem de nenhum programa ?

**Gracila :** Não.

**Edny :** Pois Gracila eu queria te agradecer por você ter dado esse...depoimento, obrigado.

### **Associação das Rendeiras da Prainha – Aquiraz**

Data da aplicação do questionário- 26/05/2011

**Nº - 03**

Dados do Entrevistado

Nome : Francisca Olenir da Silva

Idade : 59 anos

Nível de Escolaridade : ( ) Analfabeto ( ) Alfabetizado ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Fundamental Incompleto ( x ) Ensino Médio ( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Superior

#### **Entrevista**

**Edny :** Eu gostaria de saber, há quanto tempo você trabalha com a renda de bilro?

**Olenir :** Bem eu aprendi a fazer renda desde os sete anos né...só que eu trabalhei em vários serviços, mas nunca deixei a renda, só que agora de dois anos pra cá eu assumi direto a barraca, porque eu ficava em casa, eu era da associação mas eu trabalhava mais em casa né, daí a minha mãe afastou-se, a minha irmã afastou-se, a minha irmã conseguiu um trabalho foi transferida, minha mãe ficou com “Alzheimer” ai eu tive que assumir a barraca de vez.

**Edny** : Você aprendeu foi com a sua mãe?

**Olenir** : Foi...eu sempre fiz, só não ficava direto na associação, porque eu só vinha nas reuniões entende, dia de movimento, agora direto mesmo dentro da barraca são dois anos sem a minha mãe, sem minha irmã, porque eu sempre ajudei produzia em casa fazia renda, era da associação, sempre fui secretária, era tesoureira, direto...direto mesmo 24 horas aqui foi à dois anos atrás, porque eu sempre vinha participando das reuniões tudim né e sempre vivi com renda e com os trabalhos fora.

**Edny** : Se você pudesse definir a renda de bilro na sua vida, como é que você definiria?

**Olenir** : A renda pra mim ela tem vários...ela primeiro renda é uma terapia, agente faz por prazer, por amor, eu adoro tudo que é de artesanato...depois ela tem que me gerar renda financeira né..porque ela me sustenta...hoje na minha função ela me sustenta, depois eu gosto de inovar por que a renda não seja só essa rendinha simples que se faz, através disso nós conseguimos jogar renda na moda...cama, mesa, banho e vestuário isso vai influenciar, a renda hoje é uma renda que gera renda financeira.

**Edny** : A associação tem contribuído para o desenvolvimento das rendeiras ?

**Olenir** : A contribuição da associação é porque como nós somos agrupadas, organizadas né a função social, agente tem abertura em alguns meios porque, como agente é um grupo formado qualquer pessoa pode ver com bons olhos, se agente não fosse...e fosse dispersa não era desse jeito né.

**Edny** : Vocês contam com o apoio ajuda de quais entidades ?

**Olenir** : Agente conta com o apoio do SEBRAE às vezes...o SEBRAE vem fazer trabalho aqui. O CEART é nossa parceira, que através da CEART nós trazemos curso do governo do estado, tudo através do CEART, ela é a ponte que faz a ligação, a ação social municipal ela deixa muito a desejar, ela já foi assim mais atuante com outras gestões, nós participamos de outras organizações, de outras feiras, exposições em outras gestões, essa foi a mais negativa possível, essa gestão não tem função pra nós...aliás ela nos atrapalha né, até por conta do centro que é nossa prioridade agora construir, isso deixa muito à desejar, ela atrapalhou tudo, com a caixa, com a união né do estado...

**Edny** : Ela não tem interesse em construir?

**Olenir** : Eu acho que sim...ela não tem interesse, porque aqui se transformar numa praça, ela tem que ser uma praça sim, mas a praça do artesanato, a nossa prioridade é essa mas se deixa muito à desejar...porque nas outras gestões nós tivemos ajuda muita dos prefeitos que nos convidavam, faziam feirinha, feira do município, em Fortaleza né, no interior do estado, tinha as feiras mesmo regionais aqui no município, nós tínhamos transporte, nós tínhamos stand, nós tínhamos tudo ao nosso dispor, eles nos convidavam, ajudavam...mas nessa gestão nós não somos nem convidados pra reuniões que acontecem do município, porque sempre nós participamos de comitês de seminários né, então nós estamos jogados de lado, quer dizer uma briga com prefeito comprou conosco que nós não temos...a nossa função é ajudar, até porque ele tá esquecendo...o município tá esquecendo que nós somos parte da cultura local, e nós queremos que a cultura cresça, e nós viemos trabalhando independente de prefeito, de estado, de quem quer que seja nós levamos nosso barco à frente e isso nós fazemos questão.

**Edny** :Qual a maior contribuição, ou as contribuições que o SEBRAE e a CEART proporcionaram para as rendeiras? Como você avalia?

**Olenir** : Pra mim, que observo tudo eu acho que ele contribui na...agente tá sempre antenado com as coisas novas né, principalmente na parte...foi feito um projeto, que nós já temos a gráfica, a arte já pronta pra pregar nas embalagens, nas etiquetas né, toda história da renda, só que dentro internamente as rendeiras não entendem isso, então uma rendeira sozinha não pode fazer, nós dependemos que todas contribuam, que todas colaborem, agente tem que fazer isso, porque nós trabalhamos com o meio ambiente pra proteger né, agora mesmo nós fizemos sacolas plásticas, mas o nosso intuito não é trabalhar com sacolas plásticas, nós fizemos as sacolas simplesmente pra divulgar nossa marca, a nossa empresa entende?! Mas a nossa função é trabalhar com papel reciclado e pra isso sai mais caro que a sacola plástica, nós estamos trabalhando com plástico só pra divulgação, não que seja nosso intuito ficar divulgando plástico. Mas é muito bom na parte de organização, foi feito todo esse projeto que...mas as rendeiras que não cumprem porque são pessoas de baixa escolaridade, são...muitas cabeças né...é difícil trabalhar com gente, e quando agente vai num barco, q ue agente leva todos na mesma remada é muito bom, mas quando é lá no meio tem um impasse, tem um que tromba, ai não vou fazer isso...não obedece, não quer ser submisso a ninguém não quer receber ordem, incomoda e se organiza todo, mas muitas delas tem cabeça mais antiga, e agente tem que andar pensando sempre pra frente nós temos a nossa barraca como empresa e muitas delas não querem saber se fazem o dinheiro do dia à dia entende?! Ai não vou fazer isso...tem rendeiro que fica no prejuízo, nós somos treinados pra vender com margem de lucro, afinal como é que agente pode crescer nosso objeto, muitas delas não tem isso quer se saber se faz... é meu ganha pão...mas eu tenho que multiplicar o que eu faço, elas não, muitas vezes elas dão um preço que produz perdendo..á porque ela tá apertada em casa, mas ai é que tá, isso é errado, ela tem que tirar a margem de lucro de hoje, porque amanhã se faltar ela já tenha né, não é pra se enricar mas pra se sobreviver melhor.

**Edny** : Você esta na associação há quanto tempo?

**Olenir** : Desde quando foi criada... há 28 ( vinte e oito ) anos.

**Edny** :Fazendo uma comparação entre período inicial da atividade de artesanato e hoje, você acha em ocasiões que você pode fazer um salário mínimo entende?!

**Edny** : Se agente somar o ano todo e dividir por doze, agente teria uma média...

**Olenir** : agente calcula sempre quando vai fazer compra a base do salário mínimo, embora a meta agente não faça no outro agente cubra...ta entendendo?! Essa faique houve uma melhoria na sua qualidade de vida ou não. Hoje você vive melhor ou não do que há 28 ( vinte e oito ) anos atrás?

**Olenir** : Não é bem ver melhor...há 28 ( vinte e oito ) anos atrás eu era casada e tinha meu marido, hoje eu estou viúva a carga lá em casa agora é maior, apesar de que os meus filhos já estão crescidos, já estão entrando no mercado de trabalho né, mas antigamente eu tinha meu marido era mais fácil a minha vida assim, eu trabalhava e meu marido trabalhava entende ?! Então nós tínhamos dentro de casa...juntava era muito bom, ai depois perdi meu marido fiquei sozinha, meus filhos ainda estavam tudo adolescentes, hoje não já tá com oito anos que eu perdi meu marido e já tão começando a trabalhar, quer dizer em parte eu sobrevivo do que eu

ganho eu não sou pensionista, não sou aposentada nem nada, não tenho nenhuma outra renda a não ser a da renda de bilro, minha renda é essa, agora muitas vezes é bom assim porque eu ajudar meus filhos, quando eles estão apertados eu ajudo.

**Edny** : Você sabe o quanto é recebe por mês... uma média?

**Olenir** : Isso varia tem mês que agente não faz nenhum salário, porque às vezes agente passa oito dias sem vender, quinze dias, mesmo tendo venda todo dia a sua colega aqui vizinha vende e você não vende, isso ai é uma questão de gosto do cliente, mas também taxa que agente cobre, mas nem sempre agente faz, tem vezes que agente não faz... é muito relativo, é por isso batalha pra que tenha sempre encomenda, termina encomenda tenha outra, pra te sempre produzindo e vendendo.

**Edny** : Nesse período você fez alguma aquisição, comprou alguma coisa, algum bem, como casa, carro...?

**Olenir** : Comprei...eletrodoméstico, porque já tinha acabado o estoque do casamento né, ai eu fui e recomprei...aliás ainda estou recomprando, geladeira, máquina de costura , televisor, computador pro meu filho, agora já estou pensando em comprar outro...porque eu sou assim em tempo bom ai eu mando brasa no crediário, mas eu não compro muito no crediário porque eu tenho prejuízo.

**Edny** : Pra gente finalizar, você teria alguma coisa pra falar pra acrescentar, alguma coisa que eu não perguntei e você gostaria de dizer?

**Olenir** : Eu gostaria de dizer...que o meu desejo é ver esse centro reconstruído pra gente ver como era antes e que...porque nós temos um propósito de colocar mais sócios cabeças, pessoas jovens pensando pra frente porque o que mais dificulta pra nós ninguém pode quebrar o paradigma nessa hora ninguém pode quebrar...porque são rendeiras antigas de cabeça diferente, de baixa escolaridade  
é isso que dificulta porque aqui quem foi pra diretoria trabalha sozinho, eu aqui já fui presidente, tesoureira, secretária entende?! Esse ano eu fui pro conselho fiscal...mas por falta de ter quem dirija lá...eu tive que ser secretária .

**Edny** : Esta havendo renovação das rendeiras ? Os jovens não estão fazendo renda?

**Olenir** : Não. Esse é que é o problema, esse é que é o difícil, muitas rendeiras jovens..sabem fazer renda, muitas de filhas de rendeiras sabem, mas é que elas se desinteressam porque ganha pouco, mas ai é que tá nós temos um dever aliás eu tenho um sonho de criar aqui uma oficina, um projeto e trazermos os jovens pra cá, mas que sejam jovens que tenham escolaridade e que tenham interesse em produzir e ser uma rendeira com profissão de empresária né...é isso que nós pensamos, a pessoa que saiba fazer renda mas que não fique só fazendo renda, ela faça um programa, ela entenda de criar um desenho, ela entenda de comercializar com alguém, que ela possa representar a associação em algum canto, e é assim que nós fazemos, porque aqui nós nos apertamos quando...pesa em cima de todo mundo...agora nós tivemos que eleger a pleita, pleita não é uma pessoa muito escolarizada , mas pra onde mandar ela vai...ai tem pessoas que chama de pau mandado...pau mandado não ela é aquela pessoa que tem facilidade de se deslocar, quando nós temos mais escolaridade prepara o terreno e bota muda em cima...é o que nós fazemos aqui...agente fica aqui manda



pra que todas aprendam é tanto que quando chega uma pessoa que vem entrevistar o dedão apontado...não senhora todas podem falar, você falou pouco fala o que vocês sabem mas falem porque ninguém é eterna né...tem que aprender a falar...aqui é muito difícil a organização, nós temos que fazer aqui um mini escritório, nós já preparamos...mas assim quando tem uma gestão a outra desmorona...então agente começa tudo de novo.

**Edny :** São dois anos ?

**Olenir :** São dois anos...a Cleide já esta no segundo mandato..ai nós já estamos preparando de olho em alguém que possa continuar...ah porque o povo ficam falando que dois anos é muito...é muito mas pouco pra gente conseguir realizar as coisas... é muito cansativo, vai pra reunião, vai pra seminário, vai pra feira...geralmente é a pessoa que representa ...tem dia que fechamento essas coisas eu vou pra abrir o bocão, chegar lá dar força dar coragem elas dizem que eu falo muito...é tem horas que eu passo do limite mas é obrigado porque se agente não dizer o que é que sente ninguém sabe onde tá doendo né.

**Edny :** Pois eu queria agradecer pelo seu tempo...tudo de bom e obrigada!

## Centro de Rendeira Míriam Porto Mota-Iguape /Aquiraz

Data da aplicação do questionário- 03/06/2011

Nº - 04

I – Dados do Entrevistado

Nome : Raimunda Vicente da Costa

Idade : 74 anos

Nível de Escolaridade : Fundamental Incompleto

### II – Entrevista

**Edny** : Há quanto tempo a senhora trabalha com o artesanato na renda de bilro?

**Raimunda** : Desde 7 anos de idade, é...eu já tenho 74 anos...já vou fazer 75 agora em setembro...e eu trabalho esse tempo com tudo que é artesanato...e é o trabalho mais fácil pra mim...tudo de bordado eu sei fazer...a renda, bordadinho a mão.

**Edny** : E como foi que a senhora iniciou?

**Raimunda** : Eu iniciei assim...porque as mães da gente faz...ai com sete anos fui aprendendo a fazer...a minha mãe marcava a tarefa...e agente tinha que ir se acostumando porque na época o negócio era trabalhar e escola.

**Edny** : O que é significa o artesanato na sua vida ?

**Raimunda** : Pra mim é uma coisa ótima, não tem igual você aprender artesanato...porque depois que...nós passamos a fazer a renda de dia...nós não eramos valorizados...ai depois nós falamos com a Dona Luísa Távora da CEART...ela veio pra cá fazer umas reuniões com umas rendeiras...na época o marido dela era o governador...ai daí pra cá foi que era tanto visitante, tanto do ônibus...ai foi que melhorou nossa situação.

**Edny** : Quais as ações que a associação realizou para os artesãos associados?

**Raimunda** : Por enquanto nós faz...como é que se diz cursos...venda do artesanato..

**Edny** : Me diga uma coisa...essa ações desenvolvidas pela associação trouxeram algum benefício para sua atividade?

**Raimunda** : Sim...os cursos que agente fazia através da CEART...não cabia de gente aqui...através desse cursos agente fazia apresentação...

**Edny** : Desde pequena que a senhora só trabalha com artesanato, ou a senhora já trabalhou em outra atividade?

**Raimunda** : Não. Só com renda.

**Edny** : E a senhora acha que a sua vida mudou com o artesanato?

**Raimunda** : Totalmente mudou..eu era casada com pescador...ele ia na “jangadazinha” dele com os turistas, ganhava uns trocados sabe...e assim eles eram nossos maridos e agente tinha que ajudar eles pra poder sobreviver, a vida era difícil...e melhorou pra nós e os maridos.

**Edny** : E como é feita a comercialização dos seus produtos ?

**Raimunda** : Nós vendemos aqui, ai vai uma aqui da associação leva la pra CEART lá, vai duas da prainha, da CEART vai pra feira “Mão de Minas”, vai para o SEBRAE...

**Edny** : Em que a senhora acha que esses programas...especialmente da CEART...eles contribuem com a produção e comercialização da renda de bilro?

**Raimunda** : Ah contribui...,matéria prima, cursos de renda , ensina a fazer...como é que se diz aquelas roupas tingidas...às vezes a linha...

**Edny** : A renda que a senhora obtém com o artesanato melhorou as suas condições de vida?

**Raimunda** : Tudo que eu tenho hoje veio através da associação...tenho a minha casa graças a Deus...

**Edny** : A senhora sabe me dizer quanto é a sua renda por mês ?

**Raimunda** : Agente ta recebendo uns 500,00 reais por mês...

**Edny** : O que foi exatamente que a senhora comprou?

**Raimunda** : Comprei som, televisão, comprei eletro doméstico, reformei a casa...antes naquele tempo era aquelas casas de alvenaria, agora é de tijolo...e ta indo né...

**Edny** :A senhora quer dizer mais alguma coisa sobre a renda ?

**Raimunda** : O que agente mais deseja é que esse centro já seja reformado, porque em dezembro tem o turismo...vai ser melhor pra gente.

**Edny** : Pois eu gostaria de agradecer sua atenção desejar tudo de bom pra senhora...

## Centro de Rendeira Míriam Porto Mota-Iguape /Aquiraz

Data da aplicação do questionário- 03/06/2011

Nº - 05

### I – Dados do Entrevistado

**Nome :** Maria Cilene de Sousa Miranda

**Idade :** 48 anos

**Nível de Escolaridade :** Ensino Médio

### II – Entrevista

**Edny :** Há quanto tempo você trabalha com artesanato na tipologia renda de bilro ?

**Cilene :** Eu comecei a fazer desde os oito anos.

**Edny :** E como foi que você iniciou? Foi através de que?

**Cilene :** Da minha mãe e colegas né...agente trabalhava tudo junto ...

**Edny :** E o que significa o artesanato da renda na sua vida?

**Cilene :** Pra mim significa muita coisa, porque foi através da renda que eu cheguei onde eu estou...porque eu abandonei até meu estudo pra ser rendeira, eu decidir seguir porque minha mãe era...

**Edny :** Quais as ações que a associação realizou para os artesãos associados?

**Cilene :** É muita coisa né...cursos de renda de bilro, filé , renascença também, mais de renda...teve também de atendimento ao turista...

**Edny :** Essas ações desenvolvidas pela a associação trouxeram algum benefício pra essa sua atividade?

**Cilene :** Pra mim trouxe né...

**Edny :** E quais os principais benefícios? O que contribuiu na sua vida?

**Cilene :** Eu acho que mudou muita coisa, porque eu não sabia...e agora já sei né...através dos cursos que agente aprende.

**Edny :** você participou de algum projeto promovido pelo CEART ?

**Cilene :** É agora que agente deixou de ir...mas esse negócio de exposição, de renda foi lá na CEART.

**Edny :** A sua vida profissional você sempre fez essa atividade de renda?

**Cilene** : Sempre sempre...

**Edny** : Mudou alguma coisa na sua vida á partir do momento que você começou a participar desses projetos?

**Cilene** : Mudou mudou...com certeza, mudou assim né porque teve uma época que muita coisa eu não sabia onde ir, ai hoje em dia agente já sabe bem direitinho também...ta entendendo? Mudou muita coisa.

**Edny** : Como é feita a comercialização dos produtos ?

**Cilene** : Não, só assim ás vezes tem encomendas, ai agente faz...agente tem as feiras...a mãe do meu marido ela é lá de belém ai muitas vezes ela levou as coisas minhas pra vender lá.

**Edny** : Essas atividades de venda comercialização, elas atendem as necessidades da produção e comercialização dessa renda ?

**Cilene** : Sim.

**Edny** : As suas condições de vida mudou com o dinheiro obtido pela renda ?

**Cilene** : Com certeza minha filha.

**Edny** : E o que foi que mudou?

**Cilene** : Mudou assim...quando eu comecei...eu comecei com pouquinhas coisas, eu vendia só o que era meu...e assim mesmo trabalhando como rendeira eu construí a minha casa, comprei móveis, as custas do meu trabalho né...o meu marido também me ajudou muito...

**Edny** : Vocês compraram o terreno e construíram ou vocês já tinham o terreno ?

**Cilene** : Não assim...eu fiz negócio com a minha mãe na época, eu dei uma parte do dinheiro, e dei uma televisão...e assim fui construindo com meu dinheiro e do meu marido...

**Edny** : E ele trabalha com que?

**Cilene** : Ele é cozinheiro num restaurante ali...hoje não é muito movimentado não...mas ali era muito movimentado por turistas.

**Edny** : Além da casa você construiu alguma outra coisa? Alguma eletrodoméstico com esse dinheiro os móveis...tudo com o dinheiro da renda?

**Cilene** : Foi exatamente tudo com o dinheiro da renda..rs..!

**Edny** : E qual é o seu salário atual?

**Cilene** : No período das férias eu cheguei a tirar mais de 1.000,00 ( mil ) reais...

**Edny** : E se você for comparar no inicio do trabalho e hoje em relação ao rendimento com essa atividade da renda?

**Cilene** : O tempo que eu trabalho aqui faz 25 anos, mas eu comecei desde os oito né...mas só que a renda que eu fazia quando era menor, o dinheiro era tudo pra mãe da gente né...agente não pegava em dinheiro era de menor.

**Edny** : E...há 25 anos atrás comparando com hoje a sua vida melhorou durante esse período ou não?

**Cilene** : Melhorou.

**Edny** : E quanto você tá fazendo por mês atualmente ?

**Cilene** : Não tô tirando muito não...tá muito fraco...mais ou menos...quando é dezembro, janeiro e fevereiro aí é mais...toda vida eu vendo..eu não vou dizer que eu não vendo...tem mês que eu vendo 1.000,00 ( mil ), vendo 1.500,00 ( mil e quinhentos ), né tem que ver isso também aí da pra mim pagar minhas coisas.

**Edny** : Você não participa de nenhum programa...bolsa família ?

**Cilene** : Não..não somente a renda e o salário do meu marido.

**Edny** : Você teria mais alguma coisa que gostaria de acrescentar ?

**Cilene** : Não só isso mesmo...rs!

**Edny** : Pois eu gostaria de agradecer pela sua disponibilidade.

### **Centro de Rendeira Míriam Porto Mota-Iguape /Aquiraz**

Data da aplicação do questionário- 03/06/2011

Nº - 06

#### **I – Dados do Entrevistado**

**Nome** : Maria Ribeiro da Silva

**Idade** : 59 anos

**Nível de Escolaridade** : Ensino Médio

#### **II – Entrevista**

**Edny** : Há quanto tempo a senhora trabalha com o artesanato na renda de bilro?

**Maria** : É eu faço desde criança, 7 anos...

**Edny** : Como você iniciou essa atividade?

**Maria** : Essa atividade com a minha mãe, tias...tudo elas faziam porque eu moro perto de Aracati..e lá é o lugar onde aprendi desde os 7 anos.

**Edny** : O que significa essa atividade de artesanato pra sua vida?

**Maria :** Ai eu acho muito importante, porque hoje em dia o artesanato é muito evoluído e é muito bom pra rendeiras, é muito bom porque você faz tudo manual, o artesanato é fundamental, você faz o desenho na cabeça e vai fazendo o trabalho...é muito trabalhoso!

**Edny :** Quais as ações que a associação realizou para os artesãos ?

**Maria :** Olha eu acho que foi muito bom essa associação sair, porque mesmo nós não temos bons recursos assim...agente paga uma mensalidade muito pouca pra fazer manutenção a CEART e o SEBRAE nos ajuda através da associação, se nós não tivesse essa associação nós não era ajudado por ninguém, então através da associação que eles ajudam muito nós.

**Edny :** E ajuda exatamente em que?

**Maria :** É...primeiro como eu te falei eu levava meus trabalhos lá pra CEART, eu deixava, ai elas vendiam aquilo que elas achavam melhor, e as outras eu trazia, as que ficavam lá quando elas vendiam elas ligavam pra mim ir lá...tudo é muito bom..cursos que eles faziam com nós...as minhas filhas tudo sabem...

**Edny :** E o que na sua vida profissional mudou com a realização desses projetos?

**Maria :** Olha há 25 anos que eu to aqui como rendeira, graças a Deus tem sido muito bom pra mim, quando eu cheguei aqui pra ser rendeira, que não tinha associação, eu tinha quatro filhos, foram criados trabalhando, batalhando do meu lado, e hoje tudo que Deus me deu sendo rendeira foi muito bom, foi muito gratificante muito mesmo.

**Edny :** Além da comercialização aqui no centro você comercializa em outro local ? Encomendas...

**Maria :** Não...nós não fazemos não...uma parte aqui tem encomenda...mas a maioria...nós vivemos daqui..essas rendeiras são a vida pra mim, porque ultimamente quando eu chegava aqui de treze ano, quatorze anos, agente saía daqui de noite só vendendo.

**Edny :** E os programas da CEART atende a produção e comercialização do artesanato?

**Maria :** É..às vezes através...de como eles chamam né de parceira, muita coisa é através da CEART... e assim quando a CEART não ajuda o SEBRAE ajuda...

**Edny:** Você acha que melhorou suas condições de vida ?

**Maria :** Bastante..rs! Graças a Deus...bastante, porque através das feiras, antes da CEART nos ajudar e a SEBRAE eu já viajava pras feiras através aqui da nossa associação, nós ia assim mesmo, eu passei 6 anos viajando.

**Edny :** É...o que foi que a senhora conseguiu através dos recursos do artesanato?

**Maria :** Fiz a minha reforma, comprei casa, terreno, comprei eletrodoméstico, eu graças a Deus eu fui bem sucedida, através aqui da feira eu tenho 3 casas, eu comprei um terreno e construí duas casas e é só da família, minha filha mora em uma eu moro em outra, e tenho outra...mas não é alugada não.

**Edny** : Além da renda...é dos recursos através do artesanato, a senhora tem outra fonte de renda, participa de alguma programa como o “bolsa família”?

**Maria** : Não, não recebo bolsa família...rs! O meu marido ele desde criança que é pescador, e ele não pode pescar mais , porque ta com muito tempo, ta com uns dez anos ai que ele não pesca ...mas você sabe de uma coisa eu adoro artesanato...muita gente diz assim você podendo ficar em casa curtindo a sua vida..eu disse não eu amo meu artesanato.. se um dia eu passar dessa vida para outra...eu morro trabalhando, ás vezes eu fico doente mas eu tenho muita garra pra trabalhar, eu trabalho muito graças a Deus...sofrendo, batalhando conseguir...

**Edny** : Quanto a senhora ganha por mês ?

**Maria** : Meu amor ninguém não sabe nem..distinguir a nossa renda por mês porque assim agente depende do turismo, então quer dizer que as vezes agente vende R\$300, R\$400 reais até R\$ 2.000,00 mil e também acaba tendo mês sem você vender nenhum ...né...ai é razuável.

**Edny** : Mas se a senhora pudesse em 2010 somar os 12 meses e dividir por doze e ter uma média?

**Maria** : Assim uma média de 2.000,00 mil por mês, bota 500,00 né... é como eu to te dizendo na hora que Deus quer ele age na hora certa, tudo isso depende de Deus,quando ele manda um freguês...

**Edny** : Pois eu queria lhe agradecer...e desejar tudo de bom pra você.

### **Centro de Rendeira Míriam Porto Mota-Iguape /Aquiraz**

Data da aplicação do questionário- 03/06/2011

Nº - 07

#### **I – Dados do Entrevistado**

**Nome** : Maria Enidete Lopes Gomes

**Idade** : 47 anos

**Nível de Escolaridade** : Ensino Fundamental

#### **II – Entrevista**

**Edny** : Há quanto tempo você trabalha nessa atividade de renda ?

**Enidete** : Aos 12 anos.

**Edny** : E você aprendeu com quem?

**Enidete** : Eu aprendi assim olhando mais, uma senhora assim de idade, olhando ela fazendo ai eu comecei a aprender.

**Edny** : O que é que significa o artesanato na sua vida ?

**Enidete** : O artesanato assim ele é muito importante na minha vida...



**Edny :** Quais as ações que a associação realizou para os artesãos?

**Enidete :** Realiza muitas coisas boas né...tem cursos pra gente aprender né..tem muita coisa de bem...

**Edny :** E essas ações que a associação promoveu elas trouxeram benefício para o artesanato ?

**Enidete :** É beneficiou né...

**Edny :** Você participou de algum projeto promovido pela CEART ?

**Enidete :** Sim. Os cursos mesmo deles, muitos cursos que agente fizemos já...

**Edny :** A sua vida mudou com a realização desses projetos, desses cursos ?

**Enidete :** Mudou é...

**Edny :** Como é que tá sendo feita a comercialização desses produtos?

**Enidete :** É aqui e na CEART, tem também as feiras em São Paulo...graças a Deus...

**Edny :** Você acha que esses programas estão favorecendo na produção e comercialização do artesanato ?

**Enidete :** Sim...

**Edny :** Com a renda do artesanato você melhorou as suas condições de vida ?

**Enidete :** Eu melhorei muito assim porque depois que eu entrei né...foi muita coisa, eu não tinha outro emprego, através do meu trabalho eu produzia...eu não tinha tempo pra estudar né..e tem sido uma coisa muito boa...

**Edny :** Qual o seu salário atual?

**Enidete :** Assim porque agente só tem salário quando agente vende...

**Edny :** Mas se você pudesse somar tudo que você ganhou durante o ano pra ter uma média...você acha que daria um salário, dois salários...?

**Enidete :** Um salário.

**Edny :** Houve aquisição de algum bem comprado com dinheiro do artesanato ?

**Enidete :** Sim...eletrodomésticos.

**Edny :** Eu gostaria de agradecer a senhora e desejar tudo de bom.

## Centro de Rendeira Míriam Porto Mota-Iguape /Aquiraz

Data da aplicação do questionário- 03/06/2011

Nº - 08

### I – Dados do Entrevistado

**Nome :** Wanderli Firmino Costa ( Vice - Presidente da Associação )

**Idade :** 39 anos

**Nível de Escolaridade :** Ensino Médio

### II – Entrevista

**Edny :** A associação ela foi criada para atender a necessidade de organização do grupo de artesãos?

**Wanderli :** É assim...a história que eu sei é que as artesãs viviam com o salário, e a primeira dama prometeu construir um centro na época.

**Edny :** Quais as ações que são desenvolvidas para promover esta organização dela?

**Wanderli :** A associação tem as reuniões periódicas, e assim as regras...tudo que a diretoria faz, é tudo na ordem da CEART.

**Edny :** A associação existe á quanto tempo ?

**Wanderli :** 25 ( vinte e cinco ) anos.

**Edny :** As ações desenvolvidas pela a associação obtiveram apoio institucional no financiamento das mesmas?

**Wanderli :** Sim. Além do apoio da CEART e do SEBRAE, a prefeitura ajuda com a energia do prédio, a nossa vereadora também ajuda...

**Edny :** Houve crescimento do artesanato decorrente desse apoio ?

**Wanderli :** Houve...

**Edny :** E você pode falar um pouquinho como é que esses apoios puderam proporcionar esse crescimento ?

**Wanderli :** Tipo assim quando iniciou participavam de uma quantidade menor de eventos, agora nesses últimos tempos através dessas parcerias, dos eventos importantes nós não estamos afastados , porque se for pelo capital da associação não ia, então essas parcerias ajuda pra que a associação seja representada nesses lugares fora, então é importante.

**Edny :** Na sua opinião , os artesãos associados melhoraram suas condições de vida a partir da atividade artesanal ?

**Wanderli :** Com certeza...por tudo assim o modo delas viverem, elas ajudam na família, ajudam seus maridos, se desenvolveram psicologicamente aqui também, com os cursos que esses órgãos trazem, capacitação, tudo fazem bem pra vida delas.

**Edny :** Quais são as estratégias utilizadas para a comercialização do artesanato pela associação ?

**Wanderli :** Pelas feiras, CEART, e algumas encomendas que aparece.

**Edny :** Você acha que a CEART esta atendendo as necessidades da produção e comercialização desses produtos ?

**Wanderli :** Ta, a CEART da todo o suporte pra que seja colocadas todas as mercadorias das artesãs na loja deles, alguns grupos aqui que não correspondem ao que o CEART faz é ao contrário.

**Edny :** Esses projetos implantados eles contribuíram para melhoria da renda dos associados ?

**Wanderli :** Com certeza, não tem como ter uma média porque a venda é individual, tem o período de alta estação...e até de fevereiro á maio é horrível, começa a melhorar de junho pra frente, eu acho que da um salário por mês.

**Edny :** Quais foram os limites enfrentados pelos artesãos na produção e comercialização do artesanato ?

**Wanderli :** O problema da renda sabe o que é?! É falta de modista, exatamente pra criar novos modelos...

**Edny :** Mas isso interferiu?

**Wanderli :** Não ta interferindo agora, mas antes não interferia não porque tínhamos espaço pra comercializar, já tinha a produção de sempre.

**Edny :** Você teria alguma sugestão para aprimorar esse programa de desenvolvimento do artesanato ?

**Wanderli :** Eu acho que devia ter assim...um acompanhamento mensal, porque fora assim o programa devia ter um acompanhamento mensal, porque tipo assim vocês tão precisando de alguma coisa...ter uma pessoa designada pra vir aqui...pra coordenar o programa.

**Edny:** Eu agradeço sua atenção.

**a) Roteiro de entrevista junto às presidentes de Associação**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA I**

**ENTREVISTA COM OS PRESIDENTES DE ASSOCIAÇÃO**

Data da aplicação do questionário \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_

**I – Dados do Entrevistado**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Nível de Escolaridade: ( ) Analfabeto ( ) Alfabetizado ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino médio  
( ) Superior

**II – Associação**

1.A Associação foi criada para atender a necessidade de organização do grupo de artesãos existente?

( ) Sim ( ) Em parte  
( ) Não

2.Se sim, quais as ações são desenvolvidas para promover esta organização? (responder somente se a resposta à 1ª pergunta for afirmativa).

3.Se não, qual o motivo da criação da associação?

4.A associação existe há quanto tempo?

5.As ações desenvolvidas pela a associação obtiveram apoio institucional no financiamento das mesmas?

( ) Sim ( ) Não

6.Se sim, quais as principais instituições ?

7.Houve crescimento do artesanato decorrente desse apoio?

( ) Sim ( ) Não

8.Se sim, qual o motivo?

9. Em sua opinião, os artesãos associados melhoraram suas condições de vida a partir da atividade artesanal?

Sim  Não

Justifique

10. Qual a estratégia utilizada pela comercialização do artesanato?

11. Você acha que o Programa de Desenvolvimento do Artesanato atende as necessidades da produção e comercialização da renda de bilro dos associados?

Sim  Não

Justifique

12. Os projetos implantados contribuíram para melhoria de renda dos associados?

Sim  Não

Justifique:

13. Em sua opinião, quais foram os limites enfrentados pelos artesãos na produção e comercialização do artesanato (renda de bilro)?

14. Quais as suas sugestões para aprimorar o programa de desenvolvimento do artesanato?

**b) Roteiro de entrevista junto aos artesãos**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA II**  
**ENTREVISTA COM OS ARTESÃOS**

Data da aplicação do questionário \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Nº \_\_\_\_\_

**I – Dados do Entrevistado**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Nível de Escolaridade: ( ) Analfabeto ( ) Alfabetizado ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino médio  
( ) Superior

**II – Entrevista**

1. Há quanto tempo você trabalha com o artesanato na tipologia renda de bilro?

2. Como iniciou essa atividade?

3. O que significa o artesanato na sua vida?

4. Quais as ações que a associação realizou para os artesãos associados?

5. As ações desenvolvidas pela a associação trouxeram algum benefício para sua atividade?

( ) Sim ( ) Não

6. Se sim, quais os principais benefícios?

7. Você participou de projetos promovidos pelo Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato?

( ) Sim ( ) Não

8. Se sim, qual ou quais?

9. A sua vida profissional mudou com a realização desses projetos?

( ) Sim ( ) Não

Justifique

10. Como é feita a comercialização dos seus produtos ?

11. Você acha que o Programa de Desenvolvimento do Artesanato atende as necessidades da produção e comercialização da renda de bilro?

Sim  Não

Justifique

12. Com a renda obtida através do artesanato, você melhorou as suas condições de vida?

Sim  Não

Justifique:

13. Qual a sua renda atual ( em sm )?

14. Houve aquisição de algum bem comprado com dinheiro do artesanato?

Sim  Não

15. Se sim, qual ou quais?

16. Gostaria de acrescentar algo mais?